

Polarização política e partidária nos Estados Unidos (1936-2016)

Camila Feix Vidal¹ 

O presente artigo dedica-se à compreensão da polarização partidária estadunidense. Por meio de uma metodologia que privilegia o uso de plataformas nacionais e de indicadores de gradação, busca-se evidenciar empiricamente aproximações e distanciamentos ideológicos entre os dois principais partidos políticos nos EUA e, conseqüentemente, a ascensão ou o declínio de ideologias como conservadorismo e liberalismo. O recorte temporal feito se dá entre 1936 e 2016. Os resultados nos indicam que há uma polarização partidária no período recente caracterizada, sobretudo, pela ascensão conservadora do Partido Republicano no que tange às questões sociais. Resta saber se esse processo beneficia a democracia ao representar a sociedade com todas as suas idiossincrasias ou a prejudica por contemplar extremos nem sempre característicos da sociedade como um todo.

Palavras-chave: polarização; Estados Unidos; plataformas; Partido Republicano; Partido Democrata

Introdução

Este artigo dedica-se a compreender a suposta polarização partidária estadunidense. Por meio de uma metodologia que privilegia o uso de plataformas nacionais como indicativo de retrato ideológico partidário, bem como de indicadores de gradação e de *softwares* como SPSS e NVivo, busca-se evidenciar empiricamente aproximações e/ou distanciamentos entre os partidos políticos Republicano e Democrata e, conseqüentemente, a ascensão ou o declínio de ideologias como conservadorismo e liberalismo entre 1936 e 2016. Os resultados nos indicam que há uma polarização partidária no período recente; que, no entanto, não é singular na história do país. Da mesma forma, percebe-se que há uma ascensão conservadora por parte do Partido Republicano, sobretudo no que diz respeito a certas categorias de análise como as questões sociais, o que resulta em uma polarização partidária em ambos os partidos políticos.

Em 1950, o relatório anual da American Political Science Association (APSA) atentava para a conformidade ideológica dos dois principais partidos nos Estados Unidos,

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Departamento de Economia e Relações Internacionais. Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: <camilafeixvidal@gmail.com>.

concluindo que “alternatives between the parties are defined so badly that is often difficult to determine what the election has decided even in the broadest terms” (APSA, 1950, p. 3). Em busca de um “more responsible two party system”, esse mesmo relatório propunha que os partidos refletissem reais opções aos eleitores, posicionando-se de maneira distinta ideologicamente. Esse era o período conhecido como “me too politics” (Fiorina, 1999), caracterizado por partidos ideologicamente semelhantes em que facções liberais e conservadoras compartilhavam e dividiam espaço em ambos os partidos. Esse era também o período das políticas centristas e bipartidárias no Congresso norte-americano, que facilitava a implantação de medidas e aprovação de leis (McCarty, Poole e Rosenthal, 2006), de níveis altos de *split-ticket voting* e de apartidarismo no eleitorado (Levendusky, 2009). Como resultado, essa baixa coesão ideológica intrapartidária (inclusive vários membros do Congresso votavam mais frequentemente com a oposição do que com seu próprio partido) dava a impressão de fragilidade ao sistema partidário (Sinclair, 2006). Não por acaso, afloravam nesse período trabalhos que previam o declínio (Crotty, 1984; Wattenberg, 1998) e mesmo o fim dos partidos políticos (Broder, 1972) e da ideologia (Bell, 1980). Também não por acaso, esse mesmo período presenciava a emergência de abordagens racionalistas (Downs, 1999) que explicavam e legitimavam o atual posicionamento centrista dos partidos políticos. Conforme Fiorina (1999) aponta, o tempo não seria gentil com esses autores.

Algumas décadas depois do discurso proferido na APSA, o presidente dessa organização chamaria a atenção para a “incongruência ideológica” entre governo e sociedade e para a crescente polarização partidária que questiona o próprio entendimento que se tem sobre democracia (Powell, 2012). Em 2003, Broder, que algumas décadas antes escrevera “The party is over” (1972), agora alertava para o “excesso partidário” que contribuía para uma “perversão do sistema representativo de governo” (Broder, 2003, apud Masket, 2012, p. 6). Com efeito, o debate acadêmico atual nos EUA não mais trata do fim da ideologia, mas da ideologia extremada; não mais da fragilidade dos partidos políticos, mas da sua força; não mais do eleitor mediano, mas da “base”; e, por fim, não mais das políticas centristas, mas das políticas partidárias extremadas. Segundo Fiorina (2014), “Today partisanship, ideology and issue positions go together in a way they did not in the mid 20th century. Issues and ideology used to cross-cut partisan distribution, now they reinforce it (p. 3)”.

Por polarização, entende-se uma separação ideológica entre os campos liberal e conservador, e a ida para os seus extremos (McCarty, Poole e Rosenthal, 2006; Fiorina, 2014). Esse mesmo debate busca entender a atual política estadunidense e redefinir o papel e a importância tanto dos partidos políticos como da ideologia. Partido e ideologia atualmente estão mais alinhados do que em gerações passadas, com o campo liberal sendo representado pelo Partido Democrata e o conservador, pelo Partido Republicano. Da mesma forma, com os partidos políticos mais diretamente relacionados a uma determinada ideologia, o número de eleitores apartidários e mesmo de *split-ticket voting*

diminuiu consideravelmente. Longe de ser irrelevante para a política, o partido passa a ser o fator principal de comportamento eleitoral².

Estudos acerca da polarização partidária, no entanto, são relativamente recentes. Na maioria dos casos, ou se concentram em uma análise de posicionamentos de congressistas (Mann, 2014; Poole e Rosenthal, 1984, 1985; McCarty, Poole e Rosenthal, 2006) ou refletem um senso comum, na sua maioria de forma qualitativa e indutiva, que inclui desde a relação entre lideranças e a comparação entre elas, bem como a relação do partido com a mídia e com eventos específicos (Wolfe, apud Hunter e Wolfe, 2006; Mann e Ornstein, 2012; Pierson e Hacker, 2005; Mann, 2014; Fiorina e Abrams, 2008; Prior, 2013).

O primeiro estudo detalhado (e até hoje utilizado como referência) sobre a polarização partidária foi feito por Poole e Rosenthal (1984). Intitulado "The polarization of American politics", o estudo utilizava-se de dados de votações de senadores e de avaliação de determinados grupos de interesse sobre esses mesmos senadores no período 1959-1980. Os resultados dão uma medida de distância: uma classificação baixa significa uma distância grande e vice-versa. Utilizando-se de uma técnica de *least squares unfolding*, os autores usaram essas distâncias para posicionar os senadores em uma escala liberal-conservador (+1 para extremamente conservadores; -1 para extremamente liberais). O resultado do estudo desenvolvido por esses autores é bastante interessante já que projeta resultados que só agora estão sendo observados nos estudos de Fiorina (1999, 2014) e Pew Research Center (2014), entre outros. Em anos subsequentes, Poole e Rosenthal afinaram a metodologia usada e desenvolveram a mais utilizada e referenciada técnica nos estudos de polarização partidária: o *Nominate* (ou DW Nominate). Essa técnica utiliza-se de contabilização de votos de congressistas e os posiciona em uma escala liberal-conservador. A partir daí, foram vários os estudos feitos por esses autores com o uso dessa técnica³. Recentemente, McCarty, Poole e Rosenthal (2006) desenvolveram trabalho utilizando-se de votações no Congresso de 1900 a 2000, e concluíram que, entre 1900 e 1975, a fração de posicionamentos moderados cresce; no entanto, a partir de 1975, a polarização no Congresso mantém-se ascendente.

Ainda que seja importante o mapeamento do papel dos congressistas no debate acadêmico, parte-se do pressuposto aqui que o posicionamento político de um indivíduo, através de discursos ou votações no congresso, não reflete necessariamente o agregado de indivíduos e a complexidade de um partido político. Afinal, o conjunto de congressistas é o partido? Ou seja, será que a caracterização de um partido estadunidense com todas as suas especificidades – inserido em um sistema bipartidário, descentralizado e sem estatuto – e com todas as suas idiosincrasias é mais bem

² Esses dados podem ser verificados nos gráficos desenvolvidos pelo Pew Research Center (2014) e por McCarty, Poole e Rosenthal (2006).

³ Esses estudos estão disponíveis em <polarizedamerica.com>. Acesso em: jun. 2021.

representado pelos congressistas? Não por acaso, recentemente afloram estudos sobre ativismo, grupos de interesse e redes de relação destes com os partidos políticos (Dominguez, 2005; Feinstein e Schickler, 2008; Masket, 2007, 2012; Noel, 2012a, 2012b). Em específico, emergem na academia estadunidense novos referenciais teóricos que buscam explicar o fenômeno da polarização política como o Partido Expandido (ou Partido Network), que enfatiza a “base” dos partidos nos EUA, sejam eles ativistas, grupos de interesse, *think tanks* ou ideólogos (Schwartz, 1990; Bawn et al., 2012; Bernstein, 2005; Cohen et al., 2008; Heaney et al., 2012; Koger, Masket e Noel, 2009).

Desse modo, o objetivo deste artigo é desenvolver uma análise empírica acerca da suposta ida para os extremos dos dois principais partidos nos EUA através do uso de uma metodologia diferenciada – as plataformas nacionais partidárias. Entende-se que o melhor indicativo da ideologia de um partido em nível nacional seja a sua plataforma nacional: único documento atribuído ao partido e endossado por todos, tácita ou formalmente, em que os posicionamentos políticos e pressupostos ideológicos do partido estão expostos. Escritas a cada eleição presidencial, elas são, em última instância, sinalizações do que o partido pretende implementar uma vez eleito. Conforme Jordan, Webb e Wood (2014) apontam, são raros os estudos que se utilizam das plataformas nacionais partidárias:

Released every 4 years, party platforms are an explicit construction of party ideology by a broader set of party elites. Accordingly, they offer unique leverage and insight into the changing ideology of elites (and perhaps ideological divergence as well). Yet surprisingly few studies have systematically analyzed the content of the party platforms, and no study of which we are aware specifically attempts to leverage the platforms to examine elite ideological divergence over time (Jordan, Webb e Wood, 2014, p. 170).

Assim, neste artigo, trata-se o fenômeno da polarização partidária como hipótese a ser testada. Entende-se que a força dessa tese depende de uma análise comparada historicamente dos posicionamentos e ideologias expostos pelos próprios partidos. O recorte temporal feito diz respeito ao momento em que os conceitos de “liberalismo” e “conservadorismo” começavam a ser debatidos e construídos no meio acadêmico e político: a partir da instauração do primeiro New Deal, em 1933, até o período mais recente, caracterizado pela eleição à presidência em 2016. No que diz respeito às plataformas nacionais, esse recorte se dá entre 1936 (primeira eleição presidencial pós-New Deal) e 2016 (eleição de Donald Trump pelo Partido Republicano).

O artigo está apresentado da seguinte forma: uma primeira seção que reconta a criação e a ascensão dos conceitos de conservadorismo e liberalismo nos Estados Unidos; uma segunda seção que analisa empiricamente as plataformas nacionais dos dois partidos políticos nesse país; e, por fim, as considerações finais com os resultados da pesquisa feita.

Conservadorismo e liberalismo nos Estados Unidos

O conservadorismo estadunidense e o Partido Republicano (PR) ou ainda o Partido Democrata (PD) e o liberalismo não são termos intercambiáveis. Ainda que o conservadorismo hoje seja diretamente relacionado ao PR e o liberalismo, ao PD, essa é uma situação relativamente nova, consequência do *sorting* verificado nas últimas décadas que retirou a convivência de duas facções distintas em um mesmo partido. A noção de "liberalismo" nos Estados Unidos emerge no meio político e está associada diretamente com as políticas do New Deal (1933 e 1936), ao passo que a ideia de "conservadorismo" é construída e moldada por três diferentes grupos de atores (intelectuais, religiosos ativistas e empresários) no período imediatamente posterior, como tentativa de articular uma frente oposta àquelas políticas (Vidal, 2016). Vale lembrar que, até meados do século XX, o Partido Republicano podia ser considerado relativamente progressista. Urbano e atrelado ao norte do país, esse mesmo partido contribuiu de forma direta para o fim da escravidão. O Partido Democrata, ao contrário, aliando-se aos interesses sulistas da oligarquia agrária, opôs-se tanto à abolição da escravatura como aos primeiros movimentos de emancipação racial. A troca de posicionamentos de ambos os partidos, que já se delineava desde o New Deal com o democrata F. D. Roosevelt, foi efetivada na década de 1960. A partir de 1964 com a candidatura de Barry Goldwater à presidência nacional e, em especial, na eleição à presidência de Ronald Reagan em 1980, o conservadorismo passaria a ser característica intrínseca dos Republicanos, distanciando-se progressivamente dos Democratas.

É importante mencionar ainda que, apesar de serem conceitos relativamente novos nos EUA, sempre existiram vertentes que poderiam hoje ser definidas como liberais ou conservadoras. O próprio debate acerca da organização federal e constitutiva estadunidense já atentava para dois grupos: federalistas e antifederalistas. Assim, esses conceitos são continuações de certas visões de mundo e de filosofias políticas que fizeram parte da história do país. No entanto, passam a ser mais bem definidos, justificados e legitimados a partir de um determinado momento, por conta da atuação de alguns atores que buscam impor uma certa caracterização ideológica para agendas próprias e atrelá-las a um partido político. No caso do liberalismo, a partir de meados da década de 1930 com o governo F. D. Roosevelt; no caso do conservadorismo, a partir da década de 1950 com o desenvolvimento de um *network* composto por intelectuais, ativistas e empresários.

O entendimento de liberalismo nos EUA é, em primeiro lugar, distinto do entendimento de liberalismo no Brasil ou mesmo na Europa – onde é associado ao liberalismo clássico, portanto à Escola Austríaca. Nos EUA, o liberalismo é a ideologia política atual mais fortemente vinculada com a esquerda do espectro político; portanto, ao contrário do *laissez-faire*, defende um amplo escopo de atuação federal na construção de um Estado de bem-estar social. Em segundo lugar, a emergência dessa ideologia

deve-se ao papel central desenvolvido por lideranças políticas Democratas, em especial, F. D. Roosevelt. Em terceiro lugar, o liberalismo está diretamente vinculado a problemas de ordem prática – longe de ser uma ideologia que já nasce a partir de certos preceitos e de uma agenda política clara, é o resultado de uma série de tomadas de posição frente a assuntos práticos de ordem política. Por fim, ele possui raízes tanto nos movimentos progressistas quanto nos movimentos populistas nos Estados Unidos. Com a presidência de Roosevelt, essas tendências seriam rebatizadas com o nome de “liberalismo” sem, no entanto, perderem as linhas basilares que definiam esses movimentos, em específico a ênfase na igualdade e no papel do governo na condução a uma sociedade mais igualitária.

Já o conservadorismo tem raízes no âmbito externo às instituições políticas e surge através do esforço conjunto de intelectuais, empresários e movimentos sociais (Brennan, 1995; Critchlow, 2007; Peele e Aberbach, 2011; Nash, 1996, 2009). Longe de comportar uma única e identificável ideologia, esse movimento compõe-se de várias vertentes, por vezes antagônicas, entre elas o tradicionalismo, o libertarianismo e o intervencionismo unilateral, formando uma espécie de “guarda-chuva ideológico” (Nash, 2009). O conservadorismo nasce como reação ao liberalismo e ganha força a partir de fins da década de 1950 (Pierson e Skocpol, 2007; Nash, 1996, 2009; Gifford e Williams, 2012; Thompson, 2007; Peele e Aberbach, 2011; Himmelstein, 1989; Philips-Fein, 2009). Ainda que tenha raízes antigas datando da própria formação dos Estados Unidos, essa ideologia, em conjunto com as vertentes que a definem hoje, foi efetivamente “inventada” (Gottfried, 2007) ou “construída” (Nash, 1996) no período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial com dois objetivos muito claros: fazer uma contraposição à ideologia dominante (o liberalismo) e “capturar” um partido político com esse fim (Gifford e Williams, 2012; Thompson, 2007).

Análise das plataformas

A abordagem metodológica utilizada na pesquisa que deu origem a este artigo assemelha-se aos moldes das escalas de quantificação desenvolvidas por Feinstein e Schickler (2008), Koster, Masket e Noel (2009) e Lange (2007), mas foram construídas a partir de quatro categorias distintas: política externa⁴, política econômica⁵, políticas de *welfare* ou bem-estar social⁶ e questões sociais⁷.

De modo mais específico, a metodologia empregada na codificação das plataformas seguiu o modelo de Feinstein e Schickler (2008). Esses autores analisaram

⁴ Abrange temas como diplomacia, comércio exterior, exército e defesa.

⁵ Abrange temas como impostos, inflação, regulação do mercado, desemprego, salário mínimo, despesas do governo, iniciativa privada, corporações, sindicatos, entre outros.

⁶ Abrange temas como Social Security, Medicare e Medicaid, educação, pobreza, regulação e proteção trabalhista, regulamentação armamentícia, regulamentação do meio ambiente, entre outros.

⁷ Abrange questões morais como gênero, imigração, questões raciais, família, religião, aborto, homossexualismo, entre outros.

mais de mil plataformas estaduais nos Estados Unidos escritas pelo Partido Democrata e Partido Republicano no período de 1920 a 1968, buscando evidenciar posicionamentos favoráveis ou contrários ao movimento dos *civil rights*. Nesse sentido, os autores conduziram análises que contabilizaram os posicionamentos partidários contrários ou a favor dos *civil rights* em uma escala de 10 pontos (entre -4 e 5). Assim:

A platform that makes no mention of civil rights policy receives a 0. The highest value on this summary score signals that a platform advocates government policies to outlaw discrimination broadly across at least two different issue dimensions, in what appears to be an enforceable manner. For example, a platform that supports both a state fair employment practices commission with enforcement powers and a fair housing practices law would be coded as a 5. A platform that endorses the concept of equal treatment, but does not include any call for concrete governmental action receives a score of 1. Platforms that advocate discriminatory policies receive the lowest scores. For example, the 1964 Wyoming Republican platform, which expressed support for “the right to rent or sell property, [or] employ whomsoever [business owners] see fit” would qualify for a -3, because it explicitly opposes fair housing and fair employment legislation, two key civil rights proposals. A score of -4 is reserved for those platforms that most strenuously oppose civil rights legislation; many of these platforms predict “chaos” or a “breakdown in civic society” if civil rights proposals become law (Feinstein e Schickler, 2008, p. 8).

Concordamos com a afirmação dos autores de que “the platforms indicate how each party chose to position itself on major issues” (Feinstein e Schickler, 2008, p. 7). Da mesma forma, buscamos, assim como eles, dividir nossa codificação em dois momentos. No primeiro momento, foi feita análise de conteúdo marcando os parágrafos onde as categorias de análise estavam presentes. Por exemplo, foram marcados todos os parágrafos em que é mencionado o aborto na plataforma. Por fim, no segundo momento, analisamos esses parágrafos e os mensuramos de acordo com as posições apresentadas (ver Anexo). Nesse sentido, buscou-se codificar posicionamentos os mais objetivos e explícitos possíveis para minimizar a possibilidade de erro. Assim, só foram considerados e codificados em -1 ou 1 os argumentos explícitos apresentados na plataforma. Com relação ao aborto, por exemplo, é necessário que a plataforma codificada apresente de maneira clara e objetiva a sua apreciação contrária ao aborto (ou contrária à decisão da Suprema Corte no caso *Roe vs. Wade*, que reconhece o direito ao aborto ou interrupção voluntária da gravidez) ou favorável a ele.

No caso de categorias mais abrangentes, como é o da imigração, por exemplo, buscou-se codificar as intenções de agenda na plataforma. Por exemplo, no caso da imigração ilegal, ainda que o documento em um determinado parágrafo valorize o “melting pot” estadunidense e o papel histórico dos imigrantes, no momento em que

esse mesmo documento apresenta um parágrafo propondo ações de extradição dos imigrantes ilegais, a codificação feita se restringe ao segundo ponto. Por isso a ênfase nas ações apresentadas pelos partidos nesses documentos. Assim, ou o partido apresenta ações que visam incorporar esses imigrantes ilegais na sociedade estadunidense (provendo direitos a eles) ou ele apresenta ações que visam diminuir direitos ou, em última instância, retirar todos com a deportação.

Portanto, ainda que as plataformas possam ser consideradas no seu todo como contraditórias ou ambíguas, para a codificação feita se buscou enfatizar as ações apresentadas ou o posicionamento explicitado em vez de discursos vagos. Nesse sentido, a contradição não se faz presente porque ou o partido está advogando a deportação de ilegais ou está defendendo sua integração – uma mesma plataforma não vai apresentar ambos os pontos. Por serem documentos propositivos, apresentando a agenda política do partido caso eleito, as posições políticas estão geralmente descritas de forma bastante clara. Assim, o que torna o documento como um todo ambíguo ou contraditório é a análise da sua totalidade. Por exemplo, um mesmo documento que valoriza um Estado mínimo – portanto, que defende ações de desregulamentação no âmbito econômico – valoriza também um papel ativo desse mesmo Estado nas questões consideradas privadas ou sociais, como homossexualismo e aborto.

Nesse sentido, através do uso de *softwares* como NVivo e SPSS, são pontuados posicionamentos explicitados nas plataformas nacionais de ambos os partidos de acordo com a presença de indicador liberal (-1) ou conservador (+1), conforme Anexo. É importante mencionar que essa análise possui uma certa semelhança com o método de codificação manual desenvolvido pelo Manifesto Research Group (MRG), recentemente intitulado Manifest Research Database (Marpor); no entanto, não é uma releitura deste.

Em primeiro lugar, o foco não está na saliência, mas no confronto. Ao contrário do Manifesto, não se parte do pressuposto de que partidos possuem os “seus temas” e que vão explorá-los em detrimento dos temas do seu adversário. Em segundo lugar, buscou-se categorizar também a abstenção do partido acerca de um tema já pautado no debate político atribuindo-lhe uma disposição centrista e o “0” na sua quantificação, por se entender que a recusa em se posicionar acerca de um tema é, também, uma escolha. Nesse sentido, fez-se uma análise que levasse em conta o momento em que a plataforma foi escrita. Ou seja, pretendeu-se utilizar as categorias e quantificá-las a partir de uma seleção prévia que contemplasse os temas naquele cenário político. O tema do aborto, por exemplo, só passa a fazer parte do debate político na década de 1970 e aparece pela primeira vez nas plataformas em 1976. As temáticas contabilizadas, portanto, só são feitas a partir do momento da sua primeira aparição em pelo menos uma das plataformas dos dois partidos. A linha do tempo desenvolvida neste artigo (Quadro 1) busca esclarecer quando determinados temas surgiram no debate político e poderiam, então, passar a ser analisados e quantificados nas plataformas. Por fim, faz-se o seguinte cálculo: P/T , onde P é o somatório dos pontos em uma dada plataforma e T é

o somatório dos temas presentes no debate político na época (ver Anexo). Assim, buscou-se elencar princípios considerados centrais para o conservadorismo e o liberalismo, e verificar a presença destes nas plataformas dos partidos políticos em perspectiva histórica⁸.

Quadro 1
Linha do tempo – Temas e partidos

Ano	Partido Republicano	Partido Democrata
1936	Social Security Questão racial Corte Internacional de Justiça (CIJ)	Social Security Comunismo
1940	Segunda Guerra Mundial Gênero: Equal Rights Amendment (ERA) Imigração	Segunda Guerra Mundial Questão racial e <i>civil rights</i>
1944	ONU	ONU ERA CIJ
1948	Comunismo	Imigração Meio ambiente Armas nucleares
1952	<i>Civil rights</i> Armas nucleares URSS/Rússia Child Care	URSS/Rússia Child Care Otan
1956	Otan OEA Poluição meio ambiente	OEA Food Stamps Poluição meio ambiente
1964	Religião	
1968	Armas de fogo Drogas Medicare e Medicaid	Armas de fogo Drogas Medicare e Medicaid Educação – currículo e valores
1972	Food Stamps	
1976	Aborto Terrorismo Família (valores, comunidade)	Aborto
1980	Energia renovável	Terrorismo Energia renovável
1984	Educação – currículo e valores Gravidez na adolescência Entretenimento	Homossexualismo Entretenimento
1988	Aids	Aids
1992	Homossexualismo Camada ozônio/Efeito estufa	Camada ozônio/Efeito estufa Gravidez na adolescência Família (valores, comunidade)
1996	Defense of Marriage Act (Doma)	Religião Educação – valores
2004	Terrorismo	Terrorismo

Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Republicanas e Democratas (1936-2016).

⁸ Por exemplo, tradicionalmente o movimento conservador defendeu uma agenda pró-vida, ao passo que os liberais defenderam o direito de escolha. Assim, na contabilização dessa temática, buscou-se verificar a presença ou ausência desses princípios conforme Anexo: 3.2 Aborto 3.2.1 A plataforma mostra-se *Pro-life* (contra Roe vs. Wade) (+1) 3.2.2 Não faz menção (0) 3.2.3 A plataforma mostra-se *Pro-choice* (a favor de Roe vs. Wade) (-1).

Análise das plataformas – Partido Republicano

A política econômica defendida nas plataformas republicanas durante o período estudado demonstra a predominância de posicionamentos conservadores. Oscilou inicialmente até o ano de 1972 e, a partir de 1976, há uma tendência à manutenção conservadora. De modo geral, as plataformas analisadas no que tange à área econômica podem ser divididas em três momentos: um primeiro momento conservador, de 1936 a 1944; um segundo momento “misto” (em que há preceitos liberais e conservadores coexistindo), de 1948 a 1972, e, por fim, um terceiro momento conservador, de 1976 até 2016.

Relativamente ao primeiro momento, a política econômica defendida pelo Partido Republicano enfatiza o livre comércio, a livre iniciativa e o setor privado. É valorizada, nesse sentido, uma política econômica de cunho hayekiana com duras críticas ao New Deal. Já o segundo momento é caracterizado por uma relativa oscilação entre preceitos liberais e conservadores. Em 1948, por exemplo, a plataforma apresentada poderia ser identificada como liberal, que enfatiza práticas keynesianas, seja no papel do governo federal para manutenção e ampliação de programas e serviços públicos, seja no papel do governo federal na definição de metas de produção ou mesmo na valorização dos sindicatos e na proteção dos trabalhadores. Por fim, o terceiro momento representa o fim da ambiguidade e a ascensão do conservadorismo. Entre 1976 e 2016, há praticamente a ausência de preceitos liberais⁹. Também nesse terceiro período passa a ser desenvolvido o argumento do “poverty trap”: a suposta perpetuação de dependência em relação ao governo federal pela parcela da população que recebe ajuda social.

De modo semelhante, no que tange às políticas de *welfare* defendidas pelo PR, podemos verificar dois momentos distintos: um primeiro, entre 1936 e 1972, e um segundo, entre 1976 e 2016. No primeiro período, ocorre oscilação entre posicionamentos liberais e conservadores. Inicialmente, é caracterizado pela crítica ao New Deal e por debates acerca de políticas emergenciais para a população. Os principais temas, nesse sentido, passam a ser o Social Security, o desemprego, a saúde e a proteção relativa ao operariado.

Já o segundo período apresenta predominância do posicionamento conservador. Assim como no caso da economia, um marco importante é a plataforma de 1980 – a primeira plataforma desde a década de 1950 cujos indicadores analisados são todos conservadores. Esses documentos passam, então, a defender a liberdade individual, a iniciativa privada e a diminuição de escopo do governo federal no que diz respeito às políticas de bem-estar social. A partir desse momento, defende-se o repasse de programas sociais para os estados e localidades, ao mesmo tempo que se busca

⁹ A de 1980, por exemplo, é a primeira plataforma republicana em que, na área econômica, não consta nenhum indicador liberal. Das dez plataformas que compõem o período, somente três delas apresentam algum tipo de indicador liberal.

“emancipar” o indivíduo do governo. Nesse sentido, esse segundo período pode ser caracterizado por um discurso a favor da iniciativa privada e do governo mínimo, que se reflete nas propostas e posicionamentos relativos às mais diversas áreas. Também nesse segundo período, podemos perceber a relação traçada entre as políticas de bem-estar social e o papel da família, da comunidade e da religião. As plataformas, a partir de 1976, na sua grande maioria, enfatizam instituições voluntárias e religiosas, o papel da família e da comunidade e as vantagens de um sistema de livre mercado para o fim do “ciclo da pobreza”. Ainda nesse segundo momento, pode ser percebido um maior destaque para a religião e tentativas de moralização da sociedade, ainda que essa não seja a área por excelência a tratar desses assuntos. De todo modo, seja na defesa da abstinência sexual e da fidelidade no matrimônio para prevenção da Aids, seja na tentativa de maior disciplina de alunos e mesmo de um maior protagonismo da religião nas escolas, seja na relação feita entre pobreza e estrutura familiar fragilizada, nota-se uma inflexão moralizante nas plataformas desse período mais recente, praticamente ausente no primeiro período analisado.

As questões sociais possuem dois momentos distintos caracterizados por dois ápices invertidos: um primeiro momento, que se estende entre 1936 e 1972, consistentemente liberal; e um segundo, entre 1976 e 2016, consistentemente conservador. O PR, até a década de 1960, se concentraria em temas relativos ao movimento *civil rights*, emancipação feminina, imigração e minorias. Nesse momento, há uma certa manutenção no posicionamento do partido que privilegia noções de igualdade. A plataforma de 1960, por exemplo, destina grande parte do seu espaço para a questão racial, reiterando o caráter “injusto e imoral” da discriminação, e intensifica a crítica à segregação. A partir de 1964, novos temas surgem nas plataformas republicanas e verifica-se, pela primeira vez, a relação entre a religião e os espaços públicos. Entretanto, a partir de 1976, nota-se o início da inflexão conservadora. Esse segundo momento define-se por uma variedade de temas relativos a questões sociais e uma maior preocupação com aspectos “morais”. A plataforma de 1976 traz, por exemplo, a preocupação republicana com uma suposta ruptura da estrutura familiar na sociedade e com as práticas de aborto. Nesse segundo período, as questões raciais e de gênero vão perdendo espaço nas plataformas até serem eliminadas por completo. A partir de 1980, o partido passa a defender a igualdade de direitos sem interferência federal, valorizando, para isso, legislações estaduais e o papel do livre mercado, que supostamente propiciaria oportunidades iguais. O partido mantém-se contrário às cotas e a tratamentos preferenciais.

Por fim, diferentemente das outras áreas já analisadas, a política externa defendida pelo PR oscila ao longo de todo o período analisado. Ainda assim, é possível notar três períodos relativamente distintos. Um primeiro período entre 1936 e 1940; um segundo, entre 1944 e 1972; e um terceiro, a partir de 1976. No primeiro período, verifica-se maior presença de posicionamentos conservadores – em específico no que diz

respeito às organizações internacionais, projetos de defesa e atuação externa. É um momento, no entanto, que foge do internacionalismo, característica tanto do liberalismo quanto do conservadorismo, que o partido adotaria a partir da plataforma de 1944. O isolacionismo predomina nesse período, seja em relação às instituições internacionais, seja no que se refere a um envolvimento internacional relacionado à Segunda Guerra Mundial¹⁰.

Já o segundo momento é um período de grande oscilação que conjuga plataformas tipicamente liberais (1944, 1948, 1968 e 1972), conservadoras (1952 e 1964) e "mistas" – em que as duas filosofias políticas estão igualmente apresentadas – (1956 e 1960). As plataformas da década de 1940 defendem um maior engajamento do país no cenário internacional e uma valorização de instituições e arranjos internacionais multilaterais. Estão ainda inseridas na lógica da Segunda Guerra Mundial e o inimigo é representado pela ameaça de "governos totalitários". O discurso centra-se no fortalecimento das Nações Unidas (ONU) e na valorização de organismos jurídicos internacionais, como a Corte Internacional de Justiça (CIJ). As próximas três plataformas se caracterizam pela defesa de posicionamentos tanto liberais quanto conservadores e, por conta disso, apresentam uma certa ambiguidade: valoriza-se uma ação externa unilateral de liderança estadunidense e de efetivos militares como tentativa de manutenção da paz ao mesmo tempo que se defende o fortalecimento de organismos internacionais justamente para a manutenção da paz. Esse é o momento de início do contencioso com a União Soviética (URSS), portanto está pautado na lógica da Guerra Fria. De modo geral, verifica-se nas plataformas de 1952, 1956 e 1960 uma inflexão conservadora no que diz respeito à atuação externa e aos projetos de defesa e segurança. Há, nesse sentido, destaque para o papel de liderança a ser desempenhado pelos Estados Unidos de forma relativamente unilateral no cenário externo. O relacionamento com a URSS tende a ser mais confrontacionista, pautado por um discurso que privilegia a liderança estadunidense. Ainda assim, defende-se o fortalecimento de organismos internacionais como a ONU e de alianças como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). A busca por uma "opção" ideológica e todo o esforço feito por conservadores para levar o conservadorismo para dentro do PR seriam, enfim, evidenciados na plataforma de 1964. Assim como ocorreu nas outras áreas já analisadas, a plataforma de 1964 situa-se como um hiato entre plataformas liberais republicanas. De fato, os próximos dois documentos partidários seriam pautados pelo liberalismo como

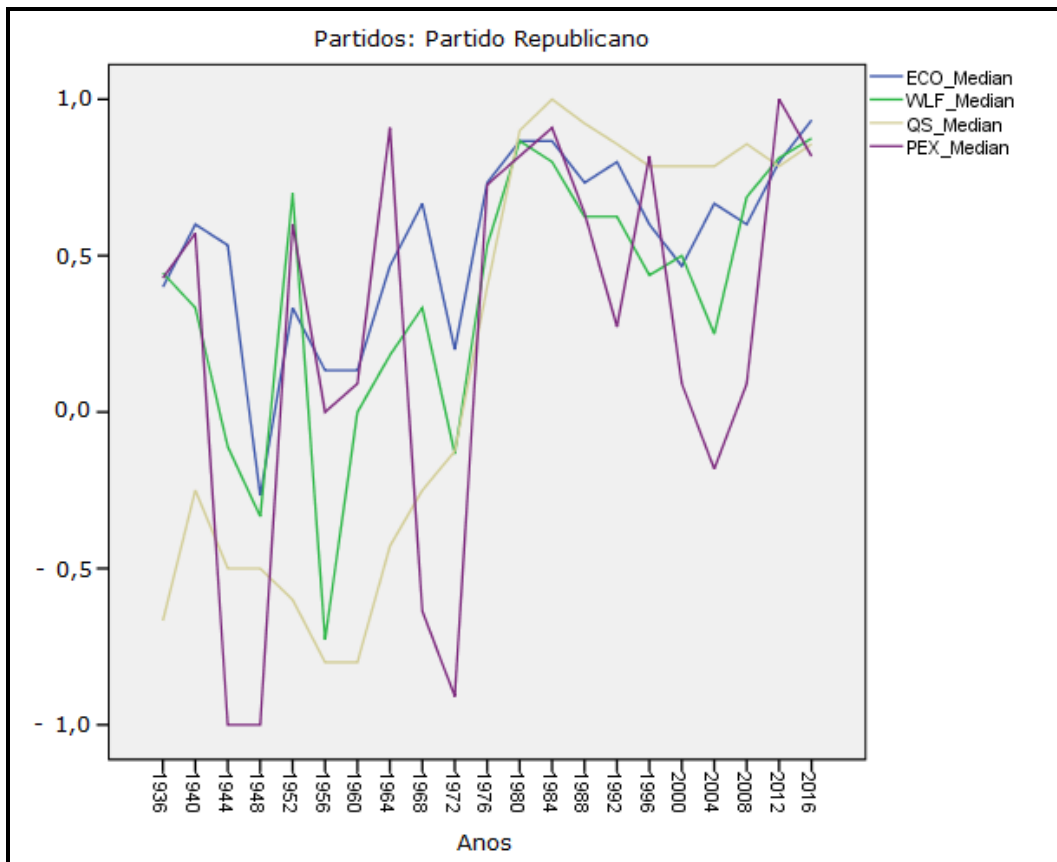
¹⁰ Alas isolacionistas coexistiam em ambos os partidos até meados do século XX. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, entretanto, a ideia de manter os Estados Unidos fora de assuntos "europeus" ou mesmo fora do sistema internacional foi suplantada pelo poder econômico e pela força hegemônica alcançada pelo país com o fim do conflito. Como argumentou F. D. Roosevelt em 1945: "Neste ano de guerra, 1945, aprendemos que não podemos viver sozinhos em paz; que nosso bem-estar é dependente do bem-estar de outras nações distantes. Aprendemos que devemos viver como homens, não como avestruzes" (Roosevelt, 1945, in *The American Presidency Project*, 2013).

corrente ideológica, atestando a oscilação ideológica e as lutas intrapartidárias que marcavam o período.

A partir de 1976, começa o último período, marcado pela ascensão e manutenção de políticas conservadoras. Consoante os preceitos conservadores, esse período é caracterizado pela ênfase na defesa nacional através de maior quantidade de armamentos, pela busca por um papel de liderança na arena internacional, pela desvalorização de organizações e tratados multilaterais, por um caráter mais moralista nas relações internacionais e uma postura confrontativa evidenciada pela valorização da força no que tange às ameaças externas. A partir dos anos 2000 e, em específico, após o atentado de 11 de setembro, a “Guerra ao Comunismo” é substituída pela “Guerra ao Terrorismo”. As plataformas de 2000, 2004 e 2008 fazem uma certa inflexão ao liberalismo ao valorizar arranjos institucionais internacionais e cooperação internacional. É importante mencionar que a Rússia deixa de ser tratada como ameaça e passa a ser vista como um país que compartilha os mesmos interesses estadunidenses.

Assim, há uma certa divisão entre dois períodos que a análise das plataformas nos suscita. Inicialmente, há um período de grande oscilação ideológica até meados da década de 1970. Esse período seria marcado pela presença de posicionamentos tanto liberais quanto conservadores em uma mesma plataforma, demonstrando certa ambiguidade e disputas intrapartidárias. Posteriormente, há um segundo momento que se caracteriza pelas plataformas apresentadas a partir de 1976. Esse período demonstra a ascensão e a manutenção do conservadorismo no PR, apresentando uma relativa homogeneização ideológica, conforme se pode observar no Gráfico 1, onde a linha lilás mostra a política externa do Partido Republicano no período analisado, a linha amarela representa as questões sociais, a verde representa as políticas de *welfare* e, por fim, a azul representa a política econômica nas plataformas:

Gráfico 1
Médias Partido Republicano (economia, welfare, questões sociais e política externa)



Fonte: Elaboração própria.

Análise das plataformas – Partido Democrata

A política econômica do PD pode ser dividida em três períodos: um primeiro momento tipicamente liberal, entre 1936 e 1988; um segundo momento, entre 1992 e 2004, caracterizado por posicionamentos tanto conservadores quanto liberais; e, por fim, um terceiro momento de retomada do liberalismo entre 2008 e 2016. O primeiro momento, e o mais longo, pode ser definido como genuinamente liberal. A própria construção da ideologia liberal nos EUA teve forte influência de líderes partidários democratas nesse momento. Assim, de certo modo, esse primeiro momento é tanto um reflexo como uma construção do liberalismo, perceptível na política econômica defendida nesse período.

É importante lembrar o contexto doméstico em que as primeiras plataformas estão inseridas: uma conjuntura ainda marcada pelas consequências da Grande Depressão, em que a política econômica desenhada pelo PD para mitigar os efeitos da

crise é tipicamente keynesiana. É o governo que planeja, regula e orienta a política econômica. É ele que cria empregos, injeta recursos em indústrias e estimula diretamente o setor privado. Além disso, é uma espécie de árbitro entre o mercado e a sociedade para a promoção do bem comum. As políticas do New Deal, nesse sentido, são a tradução desse primeiro momento liberal democrata. De fato, nota-se, nas plataformas desse período, uma constante valorização dessas políticas e do papel do governo federal como uma espécie de “protetor” de consumidores, trabalhadores, desempregados e pobres. O papel do governo federal, nesse sentido, é planejar e regular o mercado; minimizar a distância entre os privilégios de uns e as necessidades de outros e incentivar o crescimento econômico.

O segundo momento da política econômica democrata (1992-2004) caracteriza-se por plataformas que possuem tanto elementos liberais quanto conservadores. Diferentemente do primeiro período, esse segundo momento apresenta plataformas relativamente ambíguas, cujos posicionamentos se mostram por vezes contraditórios. Resgatando elementos conservadores, as plataformas desse período priorizam a “oportunidade”, o livre comércio e a iniciativa privada na economia. Em uma tentativa, talvez, de se distanciar do antigo padrão liberal do partido democrata nessa área, as plataformas mencionam constantemente o “novo partido democrata” ou “esse partido democrata”, em contraposição ao “antigo”. Além disso, há também menções constantes ao “fim da era” do governo de amplo escopo, como se pode verificar nas plataformas de 1996 e 2000. No entanto, consta também a presença de posicionamentos liberais que seguem defendendo a cobrança de impostos progressivos, programas públicos para treinamento e capacitação profissional, ênfase na necessidade de regulações federais e valorização dos sindicatos, por exemplo.

Se, no entanto, o segundo momento foi de inflexão conservadora, o terceiro é de retorno e manutenção do liberalismo. Nesse momento, há o retorno da primazia do governo na política econômica através da regulação do mercado e da construção de ampla gama de programas e proteções. É importante mencionar que, assim como ocorreu com as primeiras plataformas analisadas, as plataformas desse terceiro período também se caracterizam por uma tentativa de romper com a crise econômica através do governo federal. Da mesma forma, retorna-se às críticas sobre a desregulamentação de Wall Street e sobre a necessidade de ajuda para os mais atingidos pela crise financeira. Retornando a pauta do governo de amplo escopo, essas plataformas passam a defender o fim das privatizações e o fim da “panaceia” do governo mínimo. Retomando o discurso do primeiro período, critica-se a concentração de riqueza enquanto se defende a necessidade do governo de minimizar os danos do livre comércio e de reduzir a desigualdade. Por fim, esse período conta, também, com o entendimento mais holístico no que tange ao progresso econômico. Em 2008, por exemplo, o PD argumenta em favor da necessidade de rever aspectos sociais básicos como o custo da saúde e da educação.

Há o entendimento, tipicamente liberal, de que o crescimento econômico não está desassociado da qualidade de vida e do Estado de bem-estar social.

Referente às políticas de *welfare*, notam-se três momentos: um primeiro, entre 1936 e 1992, caracterizado por posicionamentos liberais; um segundo momento, entre 1996 e 2004, que se define por plataformas mistas; e, por fim, um terceiro momento, entre 2008 e 2016, que retorna ao liberalismo. Entre 1936 e 1992, as plataformas democratas valorizam um ativo papel do governo federal na instauração de uma ampla gama de programas e serviços que visam à construção de um Estado de bem-estar social. Refletindo princípios liberais, as plataformas desse período defendem a atuação de um governo que tem obrigações com seus cidadãos. É importante mencionar que a própria interpretação da Constituição e mesmo do processo democrático é diferente da visão conservadora. Há, nas plataformas desse período, a percepção de que, constitucionalmente, o governo tem a obrigação de lidar tanto com a segurança externa quanto com a segurança interna, em que a defesa de um Estado de bem-estar social é justificada a partir de uma visão holística da democracia.

Já o segundo momento apresenta plataformas ambíguas e posicionamentos contraditórios: ao mesmo tempo que se defendem a redução do escopo do governo e a maior atuação dos estados na manutenção de programas federais, mantém-se a valorização desses programas através do papel do governo. Enquanto se privilegia a noção de responsabilidade individual, valoriza-se uma certa rede de proteção pública. Nesse sentido, as plataformas parecem estar pregando uma lógica conservadora no discurso, mas na prática seguem com os mesmos posicionamentos liberais de manutenção dos programas e serviços federais.

Por fim, há uma volta ao liberalismo no terceiro momento. Esse período busca retomar uma espécie de “liberalismo mítico” através de constantes menções a F. D. Roosevelt e ao New Deal, bem como a J. F. Kennedy e à New Frontier – responsáveis, em grande parte, pela própria construção do liberalismo enquanto ideologia política. É bom lembrar que, assim como na década de 1930, esse período também é marcado por uma importante crise econômica; desse modo, ocorre novamente a ênfase em políticas de assistência emergencial. Uma das prioridades dessas plataformas é a questão da saúde como direito universal e “imperativo moral” (2008). Nesse sentido, as plataformas dão destaque para os mais e menos privilegiados (praticamente ausente no momento anterior). A pobreza volta a ser tratada como prioridade nessas plataformas.

Assim como no caso da política econômica e das políticas de *welfare*, as plataformas democratas, no que se referem às questões sociais, podem ser divididas em um primeiro momento, entre 1936 a 1992, identificado como um período genuinamente liberal – salvo o hiato de 1964; um segundo, entre 1996 e 2004, definindo-se a partir de uma inflexão conservadora; e, por fim, o último período, entre 2008 e 2016, caracterizado pelo retorno ao liberalismo. O primeiro momento apresenta como temas mais recorrentes gênero, imigração e questões raciais. Posteriormente, incluem-se temas

como aborto, homossexualismo e posse de armas de fogo. Com exceção da plataforma de 1964, que faz uma leve inflexão conservadora, as plataformas nesse período se caracterizam pela defesa de posições tipicamente liberais.

O debate acerca do gênero, mais especificamente acerca da emancipação feminina, inicia-se a partir de 1940, quando a plataforma relativa a esse ano advoga direitos iguais no trabalho a partir do EPEW (*equal pay for equal work*). O debate acerca da questão racial e dos *civil rights* também se inicia em 1940, quando o partido defende salvaguardas legislativas contra a discriminação no âmbito federal. A defesa da diversidade é também percebida nos posicionamentos democratas acerca da educação. De fato, durante todo esse primeiro momento, valoriza-se a diversidade étnico-cultural. Palavras como “mosaico” e “melting pot” são recorrentes.

O segundo momento define-se por uma inflexão conservadora. Há uma maior preocupação com valores morais e com uma espécie de uniformização da sociedade estadunidense através da disciplina. Isso se traduz nas áreas de imigração e educação. Pela primeira vez, valoriza-se a religião cristã como pilar da sociedade estadunidense. A própria linguagem, utilizando-se recorrentemente de palavras como Deus, fé e religião, demonstra essa inflexão. A plataforma de 1996, por exemplo, defende o direito de expressar a religião em público e enfatiza a relação entre religião, fé e história dos Estados Unidos como sendo um constitutivo do outro. Também pela primeira vez, o partido iria ressaltar a necessidade de regulação de certos veículos de entretenimento com objetivo de maior moralização da sociedade. A área da educação passa a ser enfatizada a partir da necessidade de disciplina, respeito e ordem. Esse segundo período é também marcado por posturas mais conservadoras acerca da imigração, que passa a ser tratada como uma questão de segurança e não mais como uma questão social.

Por fim, o terceiro período caracteriza-se pelo retorno ao liberalismo. No que tange à educação, retorna-se à valorização da diversidade e do multiculturalismo através da defesa de posicionamentos como a revitalização de línguas indígenas, programas bilíngues e ensino obrigatório de uma segunda língua nas escolas públicas. Relativamente à imigração, o partido defende uma reforma imigratória mais “humana”, que defenda benefícios a imigrantes, um processo de naturalização mais fácil e acessível e um projeto de cidadania automática para determinados imigrantes ilegais.

Diferentemente das políticas domésticas, a política externa do PD caracteriza-se por constantes oscilações entre os períodos, com certos posicionamentos genuinamente liberais e outros em que convivem tanto posturas liberais quanto conservadoras. Podemos perceber cinco períodos na análise das plataformas: um primeiro, entre 1936 e 1948, predominantemente liberal; um segundo, entre 1952 e 1964, apresentando exposição de posicionamentos “mistos”; um terceiro, entre 1968 e 1976, tipicamente liberal; um quarto, entre 1980 e 1992, marcado por colocações “mistas”; e, por fim, um quinto momento, entre 1996 e 2016, onde há um retorno ao liberalismo.

As primeiras plataformas caracterizam-se por posicionamentos isolacionistas em um contexto de emergência da Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, valoriza-se o multilateralismo para solução dos conflitos (1936) e o entendimento mais holístico de defesa, que contempla não só o meio militar, mas também o econômico e social (1940). As plataformas seguintes (1944 e 1948), por fim, passam a valorizar o intervencionismo multilateral, explicitando o entendimento de que a paz seria um resultado conjunto de nações e organizações internacionais.

A partir de 1952, há uma leve inflexão conservadora. Nesse segundo momento, o partido passa a valorizar a questão armamentícia e um engajamento internacional mais unilateral. A paz mundial é constantemente enfatizada a partir da liderança desempenhada pelos Estados Unidos e inicia-se aqui o discurso acerca do papel dos Estados Unidos na instauração da liberdade e da democracia no mundo. Esse período, no entanto, apresenta também posicionamentos liberais. Há a valorização do desarmamento nuclear e do papel de organizações internacionais no estabelecimento de uma ordem mundial mais segura. Além disso, há uma certa valorização do papel da diplomacia no trato com a União Soviética.

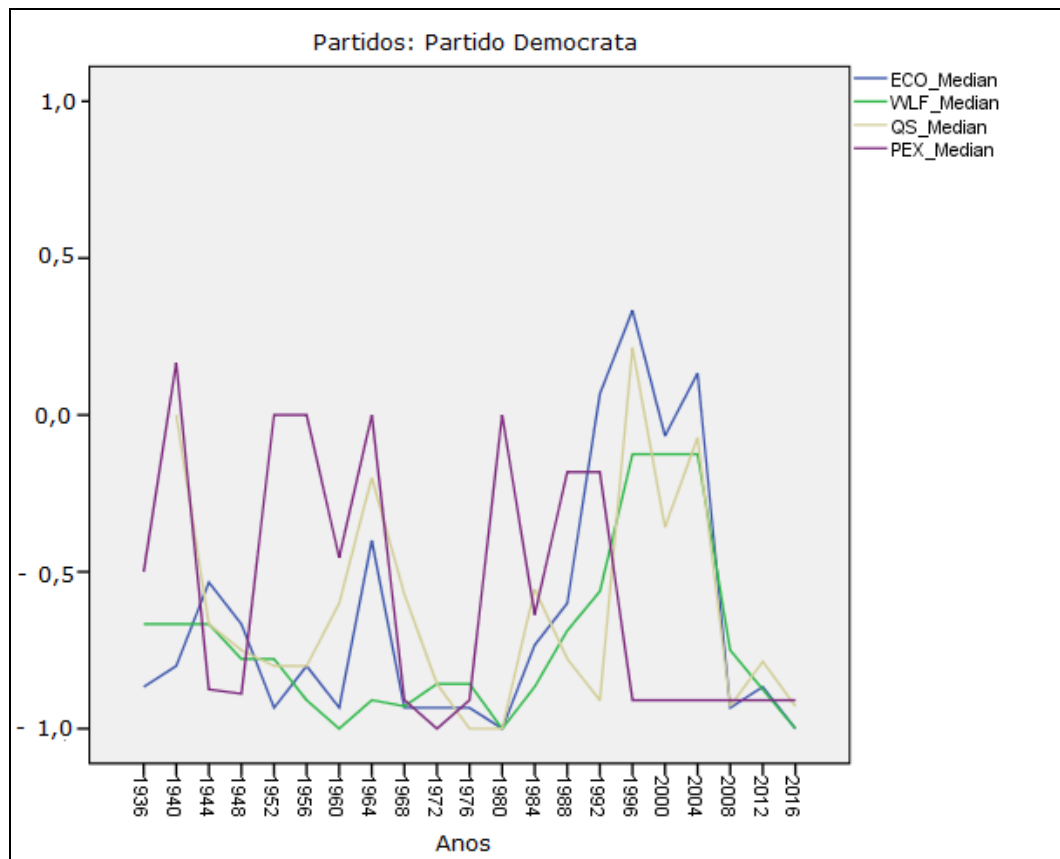
Entre 1968 e 1976, as plataformas passam a ser ideologicamente homogêneas, caracterizadas por colocações liberais. No que diz respeito à União Soviética, valorizam-se os pontos de comum interesse entre ambos os países, inclusive na redução do orçamento da defesa nacional. Nesse período, defendem-se a saída militar e política do Vietnã e uma percepção holística relativa à defesa nacional – advoga-se uma transferência de recursos advindos da defesa para áreas outras como educação, habitação e desemprego. Percebe-se, ainda, um discurso crítico acerca da pobreza no mundo e da necessidade de ajuda humanitária por parte dos Estados Unidos.

A plataforma seguinte, no entanto, retornaria ao padrão “misto” das plataformas anteriores. Entre 1980 e 1992, as plataformas democratas compartilham, novamente, posicionamentos tanto conservadores quanto liberais. O objetivo principal passa a ser o fortalecimento das Forças Armadas através de maiores recursos. Em vez de valorizar os aspectos em comum entre União Soviética e Estados Unidos, as plataformas desse período valorizam, sobretudo, as diferenças.

Por fim, o último período, entre 1996 e 2016, representa um retorno ao liberalismo. É importante lembrar que esse momento é caracterizado pelo fim da Guerra Fria. Há, nesse sentido, uma percepção mais “otimista” das relações internacionais e mesmo da Rússia. Mantém-se ainda a ênfase na redução de armamentos nucleares através de meios multilaterais e de ajuda humanitária. Há maior valorização do papel da diplomacia e da coletividade de nações na busca por soluções para novas ameaças, entre as quais, terrorismo, crimes internacionais, tráfico de drogas. A segurança e a paz mundial, nesse sentido, passam a ser entendidas a partir de um engajamento multilateral que privilegia aspectos outros que não só militares.

Ao contrário da política externa, que demonstra importantes oscilações entre preceitos conservadores e liberais, os posicionamentos democratas acerca da política doméstica (economia, *welfare* e questões sociais) possuem uma mesma caracterização em relação à natureza ideológica. De todo modo, quando se verificam essas áreas em conjunto, nota-se que o período da década de 1990, marcado por uma inflexão conservadora, passa a ser uma espécie de hiato na trajetória do PD, tipicamente liberal. Ao contrário de um partido que oscila entre ideologias ou que permanece no centro do espectro político, o PD expõe, em praticamente todo o período analisado, uma ideologia genuinamente liberal, em que os fatores conservadores desse segundo período representam mais uma exceção do que efetivamente uma mudança, o que pode ser observado no Gráfico 2, em que a linha lilás mostra a política externa do partido no período analisado, a linha amarela representa as questões sociais, a verde indica as políticas de *welfare* e, por fim, a azul representa a política econômica nas plataformas:

Gráfico 2
**Médias Partido Democrata (economia, *welfare*,
questões sociais e política externa)**

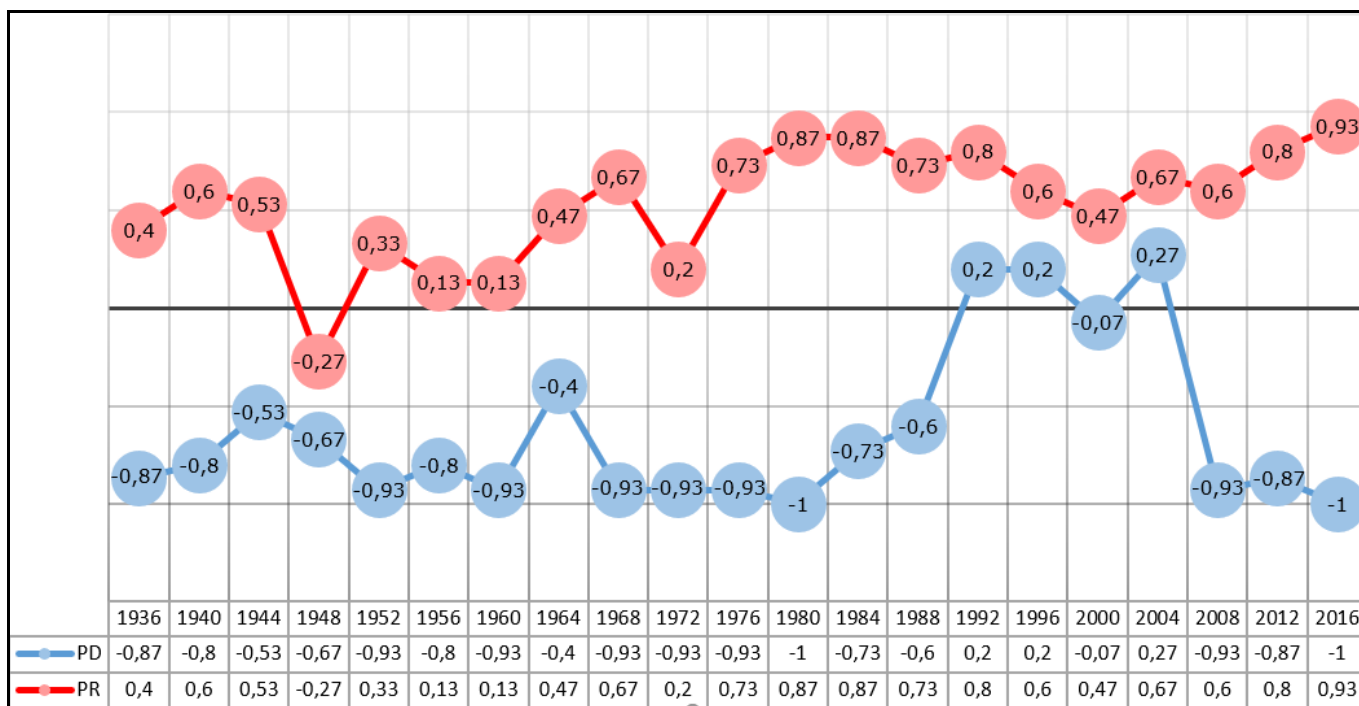


Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Democratas e Republicanas (1936-2016).

Análise das plataformas – Comparação entre os partidos

Na categoria referente à economia, podemos perceber períodos de maior e menor aproximação entre os partidos durante os anos analisados. Inicialmente, há uma polarização seguida pela aproximação entre os partidos na plataforma de 1948, resultado da inflexão liberal representada pelo PR. Novamente, há um certo distanciamento a partir da década de 1950, culminando em uma importante polarização entre os anos de 1976 e 1984. O período relativo à década de 1990 e início dos anos 2000 marca o momento de mais longa aproximação entre os partidos, por conta, principalmente, da inflexão conservadora do PD. Por fim, nas últimas plataformas, nota-se uma importante polarização. Desse modo, pode-se perceber que: em primeiro lugar, ao contrário de um gradual e linear distanciamento entre os partidos, o que ocorre são aproximações e distanciamentos ao longo dos anos, por conta de inflexões conservadoras ou liberais desses partidos; e, em segundo lugar, a recente polarização que se verifica não é inédita, já que houve outros momentos de distanciamento, como ocorreu na década de 1980.

Gráfico 3
Médias política econômica (PD e PR)

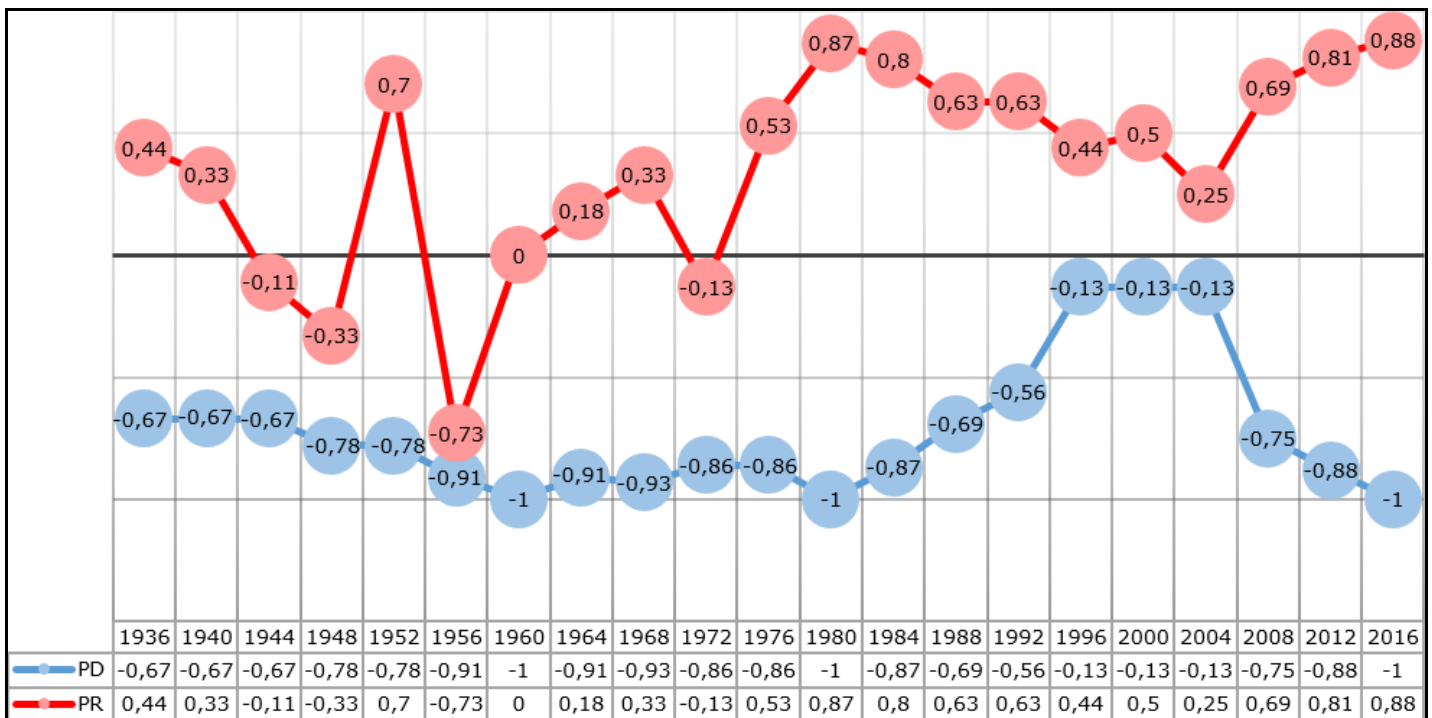


Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Democratas e Republicanas (1936-2016).

Conforme o Gráfico 4 aponta, os posicionamentos republicanos acerca de questões de *welfare* expõem dois momentos: um primeiro, de 1936 até 1972, marcado

por profundas oscilações, adentrando o campo liberal por três vezes nesse período; e um segundo momento, de 1972 até 2012, caracterizado pela ascensão e manutenção de posicionamentos conservadores. Já o PD demonstra maior constância, representada pela manutenção de posicionamentos liberais, salvo o hiato referente à década de 1990 e início dos anos 2000. Notam-se, assim, importantes aproximações entre os partidos, destacando-se os anos de 1948 e 1956, em função da inflexão liberal do PR, e entre os anos 1996 e 2004, em função da inflexão conservadora do PD. De todo modo, há polarizações importantes ao longo dos anos, principalmente no período entre os anos 1976 e 1988 e, recentemente, a partir de 2008. É importante mencionar que, no caso do Partido Republicano, ao contrário da categoria da política econômica, que se manteve em uma ascensão conservadora linear a partir de 1980, a categoria de *welfare* apresenta uma ascensão conservadora a partir de 1980, mas não linear, já que em 2004 a plataforma apresenta uma aproximação liberal nessa categoria. Assim, ainda que tenha havido uma ascensão conservadora no período mais recente, ela não foi gradativa, mas oscilou em um determinado momento.

Gráfico 4
Médias *welfare* (PD e PR)

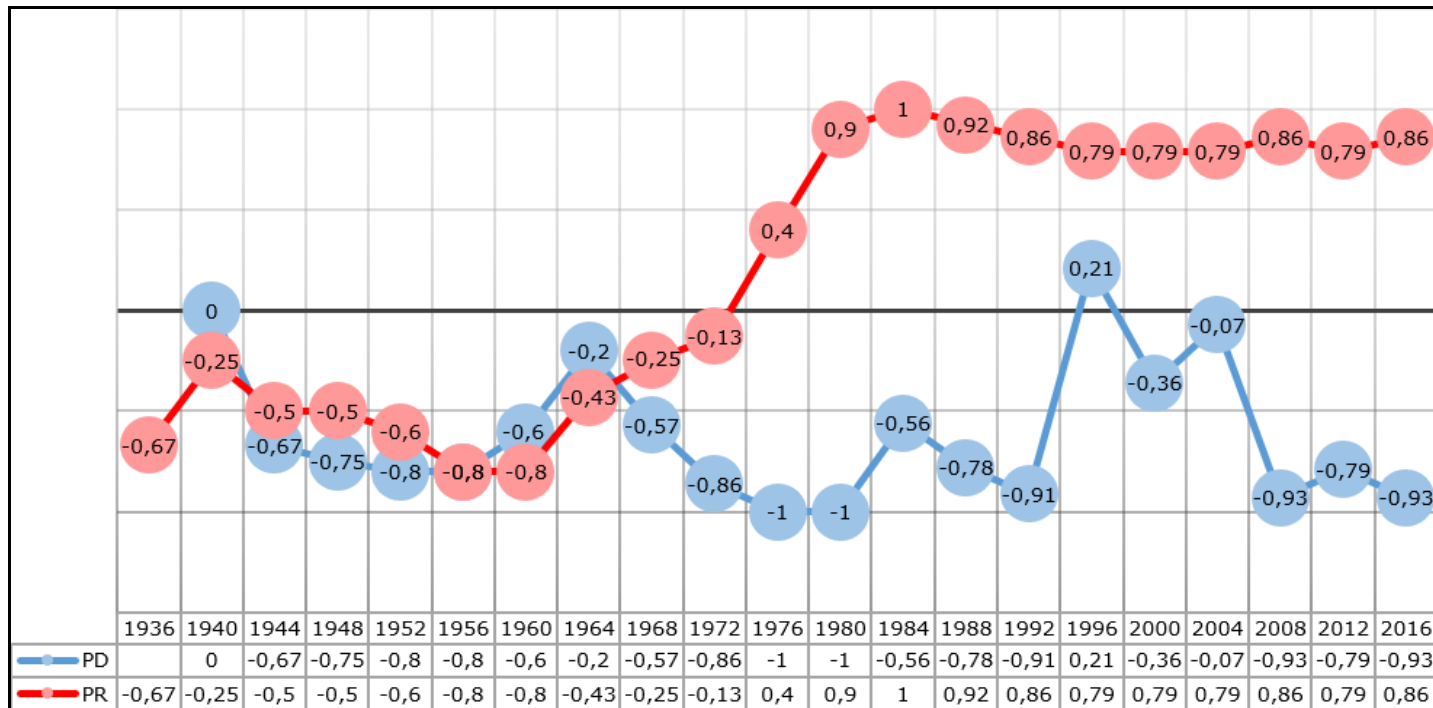


Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Democratas e Republicanas (1936-2016).

O Gráfico 5, acerca das questões sociais, é o mais emblemático, no que tange tanto à suposta ascensão conservadora quanto à suposta polarização partidária. O PR

possui dois ápices invertidos: um primeiro momento, marcado por posicionamentos consistentemente liberais; e um segundo momento, a partir de 1972, caracterizado por posicionamentos conservadores. Enquanto no primeiro momento o PR se situa no espectro liberal do Gráfico 5, inclusive refletindo médias mais liberais que as do próprio PD em certos períodos, o segundo momento caracteriza-se por uma ascensão no campo conservador, culminando com a plataforma de 1984. Percebe-se, portanto, uma ascensão e posterior manutenção de posições conservadoras a partir da década de 1970 por parte do PR. O PD, ao contrário, mantém-se no espectro liberal, salvo o período de exceção representado pela plataforma de 1996. Desse modo, nota-se uma aproximação entre os partidos nos primeiros anos analisados (de 1936 a 1972), caracterizados por posicionamentos liberais por parte de ambos os partidos políticos. Do mesmo modo, é visível a polarização partidária que se segue a partir de então. Nesse sentido, verifica-se, nas últimas plataformas, a maior polarização já presenciada, sobressaindo, inclusive, a polarização que se deu na década de 1980. Assim, a hipótese acerca da polarização partidária nos anos recentes é corroborada neste estudo, em especial no que concerne às questões de cunho social.

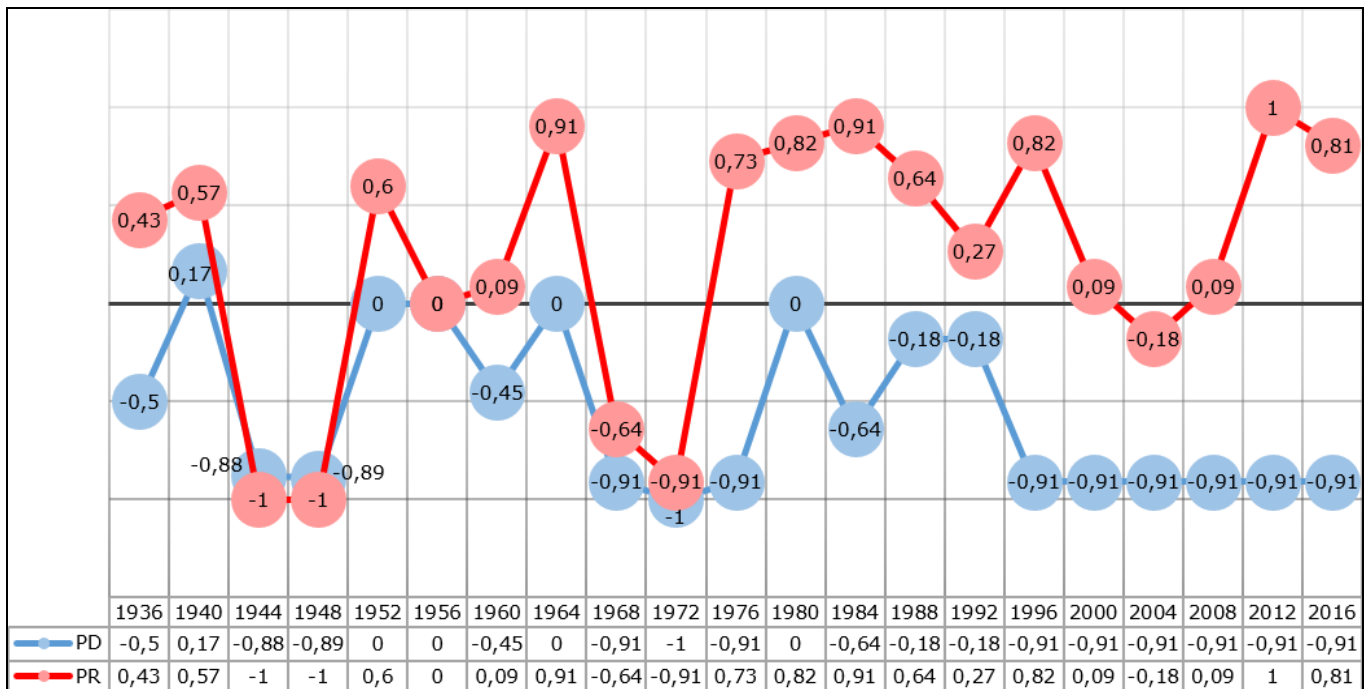
Gráfico 5
Médias questões sociais (PD e PR)



Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Democratas e Republicanas (1936-2016).

Já os posicionamentos expressados pelos partidos acerca da política externa podem ser considerados como os mais correlacionados entre si, comparando-se as quatro áreas analisadas. Com efeito, ambos os partidos oscilam ao longo de todo o período em estudo de maneira relativamente convergente, contribuindo para uma maior aproximação ideológica entre eles em praticamente todo o período. De fato, o ano de 2008 marca uma ruptura nesse padrão, caracterizando-se por um crescente distanciamento entre os partidos e refletindo, em 2012, na mais clara polarização partidária durante todo o período analisado. Nessa última plataforma, o PR situa-se no extremo do espectro político conservador, enquanto o PD situa-se no extremo do espectro liberal. Ao que parece, enquanto o período de 1936 a 1996 convive com aproximações entre os partidos por conta de constantes inflexões tanto conservadoras por parte do PD quanto liberais por parte do PR, indicando respostas semelhantes para mesmos eventos e questões externas, as duas últimas plataformas, ao se distanciarem, contribuiriam para a percepção de maior polarização partidária nos anos recentes. Ao contrário do que ocorre com as questões sociais, cuja polarização se dá principalmente por uma ascensão conservadora no PR, nesse caso a polarização pode ser entendida como resultado de um distanciamento causado tanto por uma ascensão conservadora por parte do PR a partir de 2008 quanto por uma ascensão liberal por parte do PD a partir dos anos 2000.

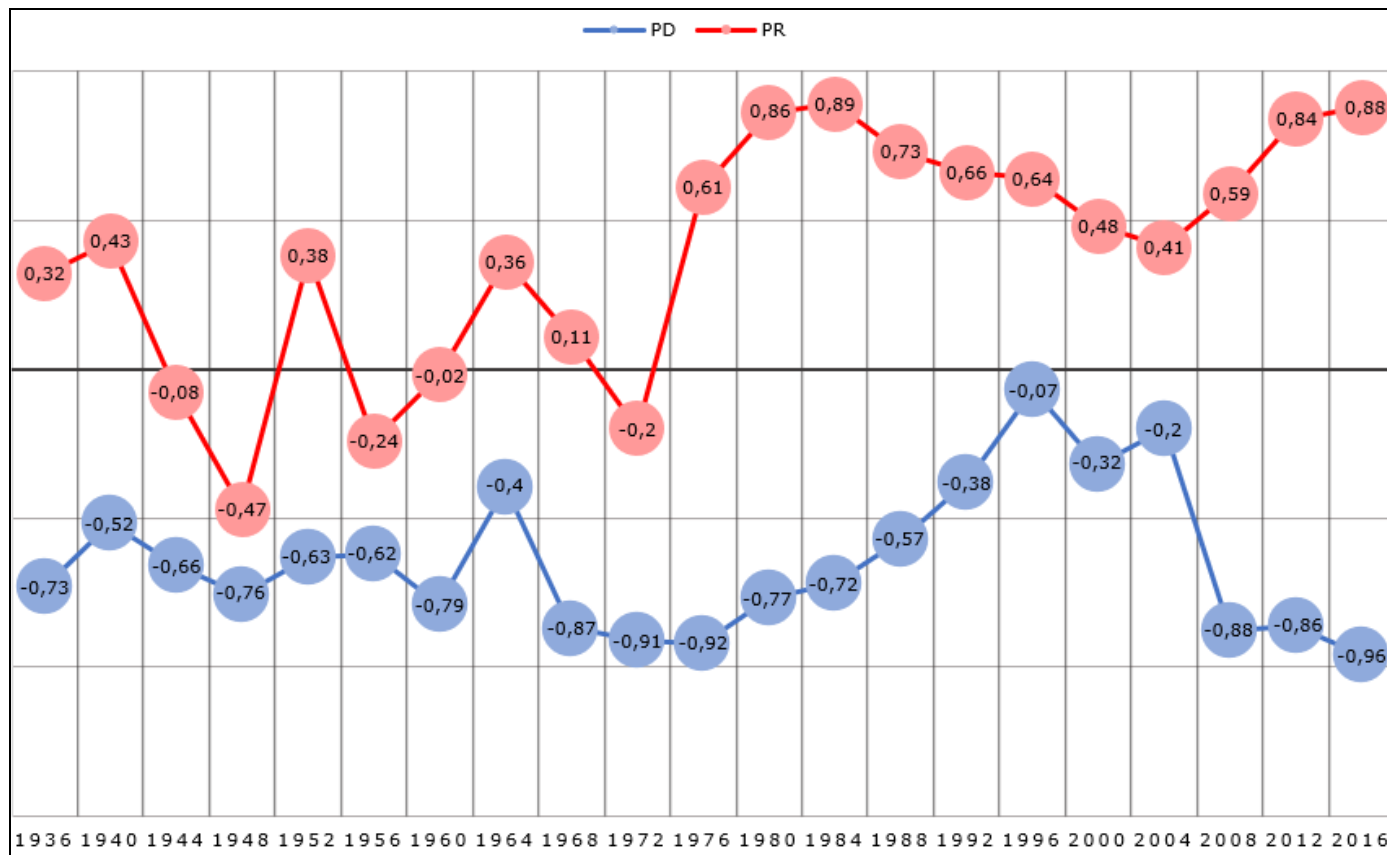
Gráfico 6
Médias política externa (PD e PR)



Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Democratas e Republicanas (1936-2016).

Por fim, no Gráfico 7 – condensando todas as categorias de cada partido – verifica-se de modo mais abrangente a suposta polarização partidária.

Gráfico 7
Média geral por partido (PR e PD)



Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Democratas e Republicanas (1936-2016).

O estudo feito nos indica duas questões importantes. Em primeiro lugar, podemos perceber que há uma ascensão conservadora do PR, que se inicia no ano de 1976 e se mantém relativamente estável ainda que com uma rápida inflexão liberal no início dos anos 2000. Essa ascensão, portanto, não é exatamente linear e gradativa, mas surge de modo abrupto e convive com momentos decrescentes. E, em segundo lugar, pode-se perceber uma polarização partidária atual. Esta, no entanto, não é caso singular na história recente dos EUA. Entretanto, ao contrário das últimas polarizações, essa recente parece ser singular no sentido em que ambos os partidos apresentam um movimento crescente aos extremos do espectro ideológico político.

O período caracterizado pelo fim da década de 1970 e início dos anos 1980 já sinalizava um importante distanciamento ideológico. Nesse sentido, houve uma maior

aproximação nos anos seguintes (década de 1990) em função tanto de uma inflexão liberal por parte do PR quanto de uma inflexão conservadora por parte do PD e, por fim, um distanciamento progressivo a partir de 2008 entre os dois partidos. O que se quer dizer com isso é que a polarização partidária atual pode ser entendida como resultado tanto de uma ascensão conservadora por parte do PR de forma relativamente inédita a partir da década de 1980, quanto de um retorno ao padrão liberal do PD, interrompido de forma abrupta na década de 1990. É importante mencionar ainda que muito dessa percepção polarizada se dá através das questões sociais. De fato, elas foram as grandes contribuintes para esse distanciamento e, em específico, para a maior média republicana no âmbito conservador.

Considerações finais

Fenômeno de crescente importância no debate acadêmico estadunidense atual, a suposta polarização partidária tem sido objeto de inúmeros trabalhos. As análises feitas, no entanto, ao associarem o posicionamento de congressistas com a polarização partidária, caracterizam o partido político a partir dessas lideranças políticas. É importante lembrar que os partidos nos EUA são instituições bastante complexas, marcadas por um certo horizontalismo hierárquico e descentralização, o que permite uma ampla gama de atores na sua condução: delegados, presidente, congressistas, membros associados, braços intelectuais, entre outros. Esse artigo, diferentemente dessas análises, apresenta uma forma de analisar o fenômeno da polarização partidária a partir das plataformas nacionais. Nesse sentido, de modo algum intenta sobrepor-se aos estudos já feitos ou subjugar-los; ao contrário, pretende ser um complemento a estes a partir de certas lacunas que foram evidenciadas.

As plataformas partidárias são utilizadas como um meio para solucionar (ao menos em parte) a complexificação dessa questão. Apropriando-se de uma corrente de estudos que percebe nas plataformas o melhor retrato ideológico do partido político, buscou-se verificar o posicionamento do partido com base em quatro categorias – economia, *welfare*, questões sociais e política externa –, e a relação dessas posturas com o que se depreende do conservadorismo e do liberalismo no contexto estadunidense.

Nesse sentido, foi feita uma análise das colocações dos partidos a partir da categorização por indicadores que contam com a presença/ausência de preceitos liberais ou conservadores e da gradação desses preceitos ao longo dos anos em escalas de quantificação nas análises de plataformas nacionais partidárias. Desse modo, o artigo aqui apresentado é fruto de trabalho de interpretação – de leitura e de releitura de mais de 40 plataformas analisadas. Esses documentos bastante extensos e complexos propiciam um retrato ideológico partidário passível de ser comparado ao longo dos anos de maneira bem precisa. O resultado deste estudo é, muito provavelmente, inédito no sentido de codificar a partir de escalas de posicionamento em quatro áreas distintas ao

longo de quase um século de história política. Assim, pode-se observar como certos temas foram sendo trazidos para o debate político ao longo dos anos, como os partidos foram se posicionando sobre esses temas e como houve inflexões em relação a esse comportamento.

Como se pôde observar, os partidos não tendem a seguir um certo padrão linear ou mesmo a associar-se com outras posturas de mesmo perfil ideológico. Esses documentos nos mostram que há inflexões tanto no que diz respeito ao posicionamento explicitado ao longo dos anos referente a um determinado tema quanto aos posicionamentos frente a diferentes temas e áreas – nem sempre ideologicamente coerentes entre si. A análise feita ainda nos mostra uma convergência das plataformas liberais e conservadoras com a própria construção e discussão desses conceitos nos âmbitos social e político. Ao fim, a análise aqui feita corrobora a hipótese levantada referente à polarização partidária. De fato, em todas as áreas analisadas há um distanciamento ideológico entre esses partidos caracterizados por posicionamentos distintos. No entanto, essa polarização não é única, já que, em outros momentos, ela também ocorreu. Como já foi mencionado, essa recente polarização é resultado de um crescente e constante distanciamento ideológico entre os partidos nas questões sociais. Por fim, a polarização atual parece ser singular no sentido em que ambos os partidos apresentam um movimento aos extremos do espectro ideológico político.

Ainda que de forma muito incipiente e possivelmente com lacunas explicativas, o artigo buscou elucidar um fenômeno importante nos EUA e mesmo para a ciência política, qual seja, o atual distanciamento dos partidos em relação ao centro do espectro político. De fato, o que os estudos recentes e a análise aqui realizada nos mostram é uma atual oposição entre partidos com base em visões de mundo e, conseqüentemente, em posicionamentos políticos. Longe de se caracterizarem por um discurso centrista ou pouco comprometido com posições políticas, supostamente com o intuito de angariar a maioria do eleitorado, os dois principais partidos estadunidenses atualmente se definem por colocações opostas e firmes, resultando em um confronto ideológico em todas as áreas analisadas. Resta saber se esse processo beneficia a democracia ao representar a sociedade com todas as suas idiossincrasias ou, ao contrário, a prejudica por contemplar extremos nem sempre característicos da sociedade como um todo.

Referências bibliográficas

APSA. American Political Science Association. "Toward a more responsible two-party system: a report of the committee on political parties". *The American Political Science Review*, vol. 44, nº 3, set. 1950.

BAWN, K., et al. "A theory of political parties: groups, policy demands and nominations in American politics". *Perspectives on Politics*, vol. 10, nº 3, p. 571-597, set. 2012.

BELL, D. *O fim da ideologia*. Brasília: Editora da UnB, 1980.

BERNSTEIN, J. "Party network research, factions, and the next agenda. State of the parties". Conference, Ohio, 2005. Disponível em: < <https://www.uakron.edu/bliss/docs/state-of-the-parties-documents/Bernstein.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2014.

BRENNAN, M. *Turning right in the sixties: the conservative capture of the GOP*. Chappel Hill: The University of North Carolina Press, 1995.

BRODER, D. *The party's over: the failure of politics in America*. New York: Harper and Row, 1972.

COHEN, M., et al. *The party decides: presidential nominations before and after reform*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

CRITCHLOW, D. *The conservative ascendancy: how the GOP right made political history*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

CROTTY, W. *American parties in decline*. Boston: Little Brown and Company, 1984.

DOMINGUEZ, C. "Groups and party coalitions: a network analysis of overlapping donor lists". In: Annual Meeting of the American Political Science Association, Washington, D.C., set. 2005. Disponível em: <<http://home.sandiego.edu/~caseydominguez/groupspartycoalitions.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

DOWNES, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

FEINSTEIN, B.; SCHICKLER, E. "Platforms and partners: the civil rights realignment reconsidered". *Studies in American Political Development*, Cambridge University Press, nº 22, p. 1-31, 2008.

FIORINA, M. P. "What happened to the medium voter?". In: MIT Conference on Parties and Congress, 1999. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~mfiorina/Fiorina%20Web%20Files/MedianVoterPaper.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2013.

_____. "Americans have not become more politically polarized". *The Washington Post*, 23 jun. 2014.

FIORINA, M.; ABRAMS, S. J. "Political polarization in the American public". In: Annual Review of Political Science, 2008. Disponível em: <<http://www.acsu.buffalo.edu/~jcampbel/documents/AnnualReviewFiorina.pdf>> Acesso em: 4 ago. 2012.

GIFFORD, L. J.; WILLIAMS, D. (eds.). *The right side of the sixties: reexamining conservatism's decade of transformation*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

GOTTFRIED, P. *Conservatism in America: making sense of the American right*. New York: Pallgrave Macmillan, 2007.

HEANEY, M., et al. "Polarized networks: the organizational affiliations of national party convention delegates". *American Behavioral Sciences*, vol. 56, nº 2, p. 1.654-1.676, 2012.

HIMMELSTEIN, J. *To the right: the transformation of American conservatism*. Berkeley: University of California Press, 1989.

HUNTER, J. D.; WOLFE, A. *Is there a culture war?* Washington: Brookings Institution Press, 2006.

JORDAN, S.; WEBB, C.; WOOD, D. "The president, polarization and party platforms, 1944-2012". *The Forum*, vol. 12, nº 1, 2014.

KOGER, G.; MASKET, S.; NOEL, H. "Partisan webs: information exchange and party networks". *British Journal of Political Science*, vol. 39, nº 3, p. 633-653, 2009.

KOSTER, W.; ACHTERBERG, P.; VAN DER WALL, J. "The new right and the welfare state". *International Political Science Review*, vol. 34, 2012.

LANGE, S. "A new winning formula? The programmatic appeal of the radical right". *Party Politics*, vol. 13, nº 4, 2007.

LEVENDUSKY, M. *The partisan sort*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

MANN, J. "Politics is more broken than ever". *The Atlantic*, 2014 (online). Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/politics/print/2014/05/dysfunction/371544/>>. Acesso em: 8 maio 2015.

MANN, T. E.; ORNSTEIN, N. J. *The broken branch*. New York: Oxford University Press, 2006.

_____. *It's even worse than it looks*. New York: Basic Books, 2012.

MASKET, S. "It takes an outsider: extralegislativa organization and partisanship in California". *American Journal of Political Science*, vol. 51, nº 3, p. 482-497, jul. 2007.

_____. *No middle ground: how informal party organizations control nominations and polarize legislatures*. Michigan: The University of Michigan Press, 2012.

MCCARTY, N.; POOLE, K.; ROSENTHAL, H. *Polarized America*. London: The Mit Press, 2006.

NASH, G. H. *The conservative intellectual movement in America since 1945*. Wilmington: Intercollegiate Studies Institute, 1996.

_____. *Reappraising the right: the past and future of American conservatism*. Wilmington: Isi Books, 2009.

NOEL, H. "The coalition merchants: the ideological roots of the civil rights realignment". *The Journal of Politics*, vol. 74, nº 1, p. 156-173, 2012a.

_____. "Toward a network's theory of political parties: a social network's analysis of internal party cleavages in presidential nominations". In: American Political Parties: Past, Present and Future Conference. Charlottesville, 2012b. Disponível em: <<http://faculty.virginia.edu/jajenkins/Noel.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

PARTIDO DEMOCRATA. *Democratic Party national platforms, 1936-2016*. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

PARTIDO REPUBLICANO. *Republican Party national platforms, 1936-2016*. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

PEELE, G.; ABERBACH, J. (eds.). *Crisis of conservatism? The Republican Party, the conservative movement, and American politics after Bush*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

PEW RESEARCH CENTER. *Political polarization in the American public*, 2014. Disponível em: <www.pewresearch.org>. Acesso em: 21 jan. 2015.

PHILIPS-FEIN, K. *Invisible hands: the making of the conservative movement from the New Deal to Reagan*. New York: W.W. Norton and Company, 2009.

PIERSON, P.; HACKER, J. *Off center: the Republican Revolution and the erosion of American democracy*. New Haven: Yale University Press, 2005.

PIERSON, P.; SKOCPOL, T. (eds.). *The transformation of American politics: activist government and the rise of conservatism*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

POOLE, K.; ROSENTHAL, H. "The polarization of American politics". *The Journal of Politics*, vol. 46, nº 4, p. 1.061-1.079, nov. 1984.

_____. "A spatial model for legislative roll call analysis". *American Journal of Political Science*, vol. 29, nº 2, p. 357-384, maio 1985.

POWELL, G. B. "Representation in context: election laws and ideological congruence between citizens and government". Discurso proferido para a APSA, 2012. Disponível em: <<http://www.apsanet.org/media/PDFs/GovDept/2011%20Powell.pdf>>. Acesso em: jul. 2014.

PRIOR, M. "Media and political polarization". *Annual Review of Political Science*, vol. 16, fev. 2013.

SCHWARTZ, M. *The party network: the robust organization of Illinois republicans*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1990.

SINCLAIR, B. *Party wars*. Oklahoma: Oklahoma University Press, 2006.

THE AMERICAN PRESIDENCY PROJECT. *website*, 2013. UC Santa Barbara. Disponível em: <<https://www.presidency.ucsb.edu>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

THOMPSON, M. *Confronting the new conservatism: the rise of the right in America*. New York: New York University Press, 2007.

VIDAL, C. F. "Polarização partidária e ascensão conservadora: uma análise das plataformas nacionais Republicanas e Democratas nos Estados Unidos (1936-2012)". Tese de Doutorado em Ciência Política. UFRGS, 2016.

WATTENBERG, M. *The decline of American political parties*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

Anexo

Indicadores de presença/ausência de preceitos conservadores/liberais

1 Política econômica

1.1 Modelo adotado (keynesianismo x hayekianismo)

1.1.1 A plataforma privilegia o livre mercado, a iniciativa privada e/ou a não interferência federal na economia (+1)

1.1.2 Não faz menção (0)

1.1.3 A plataforma privilegia o papel do governo federal na economia como uma espécie de árbitro desta (-1)

1.2 Regulação do mercado

1.2.1 A plataforma mostra-se contrária (+1)

1.2.2 Não faz menção (0)

1.2.3 A plataforma mostra-se a favor (-1)

1.3 Orçamento federal

1.3.1 A plataforma dá prioridade ao orçamento equilibrado através da diminuição de gastos federais (+1)

1.3.2 Não faz menção (0)

1.3.3 A plataforma dá prioridade à manutenção da rede de proteção social. O equilíbrio orçamentário se dá por meio de maior arrecadação através de impostos progressivos (-1)

1.4 Impostos

1.4.1 A plataforma enfatiza impostos mínimos e/ou iguais (+1)

1.4.2 Não faz menção (0)

1.4.3 A plataforma enfatiza impostos progressivos (-1)

1.5 Sindicatos

1.5.1 A plataforma abstém-se de envolvimento federal e/ou valoriza uma negociação entre empregador e empregado (+1)

1.5.2 Não faz menção (0)

1.5.3 A plataforma valoriza o papel dos sindicatos (-1)

1.6 Salário mínimo

1.6.1 A plataforma mostra-se contrária à legislação federal (a favor de legislações estaduais ou da livre negociação) (+1)

1.6.2 Não faz menção (0)

1.6.3 A plataforma mostra-se a favor de legislação federal (-1)

1.7 Proteção ao consumidor

1.7.1 A plataforma abstém-se de uma atuação do governo federal (+1)

1.7.2 Não faz menção (0)

1.7.3 A plataforma mostra-se favorável ao envolvimento do governo federal (-1)

1.8 Desemprego

1.8.1 A plataforma enfatiza o papel da iniciativa privada e/ou dos estados e instituições voluntárias na assistência aos desempregados (+1)

1.8.2 Não faz menção (0)

1.8.3 A plataforma enfatiza o papel do governo através de programas federais e/ou na assistência financeira aos desempregados (-1)

1.9 Infraestrutura nacional

1.9.1 A plataforma enfatiza o desenvolvimento pela iniciativa privada e/ou pelos estados (+1)

1.9.2 Não faz menção (0)

1.9.3 A plataforma enfatiza o desenvolvimento pelo governo federal (-1)

1.10 Transportes ferroviários públicos

1.10.1 Fortalecimento através de maior competição com a iniciativa privada e/ou privatização (+1)

1.10.2 Não faz menção (0)

1.10.3 Fortalecimento através do papel desempenhado pelo governo federal (-1)

1.11 Corporações, monopólio e oligopólio

1.11.1 A plataforma mostra-se contrária a regulamentações federais (+1)

1.11.2 Não faz menção (0)

1.11.3 A plataforma defende legislação federal com vistas a regulamentação ou coibição (-1)

1.12 Produção

1.12.1 Favorável à abstenção do governo federal – Ênfase na iniciativa privada (+1)

1.12.2 Não faz menção (0)

1.12.3 Favorável ao envolvimento do governo federal no gerenciamento e/ou na construção de programas e incentivos (-1)

1.13 Iniciativa privada e governo federal referente a programas públicos

1.13.1 Ênfase na iniciativa privada (+1)

1.13.2 Não faz menção (0)

1.13.3 Ênfase no governo federal (-1)

1.14 Geração de empregos

1.14.1 Ênfase na desregulamentação e/ou desoneração da iniciativa privada para geração de empregos e/ou em capacitação através de instituições voluntárias ou privadas (+1)

1.14.2 Não faz menção (0)

1.14.3 Ênfase em programas federais para geração de empregos e/ou em capacitação através de programas ou incentivos federais (-1)

1.15 Agricultura

1.15.1 Pouco ou nenhum envolvimento no que diz respeito a incentivos, crédito e/ou programas específicos – Ênfase recai na iniciativa privada (+1)

1.15.2 Não faz menção (0)

1.15.3 Amplo envolvimento do governo federal no que diz respeito a incentivos, crédito e/ou programas específicos (-1)

2 Welfare – Rede de proteção federal

2.1 Papel do governo

2.1.1 A plataforma enfatiza a prestação de serviços essenciais previstos pela Constituição (+1)

2.1.2 Não faz menção (0)

2.1.3 A plataforma enfatiza uma ampla rede de proteção econômica e social (-1)

2.2 Indivíduo

2.2.1 Ênfase na "liberdade" – Direito de fazer por si e responsabilizar-se sem interferência federal (+1)

2.2.2 Não faz menção (0)

2.2.3 Ênfase na proteção dada pelo governo – Governo federal tem o dever de "proteger" (-1)

2.3 Rede de proteção econômica e social – Assistência

2.3.1 Papel da iniciativa privada, dos estados e/ou da responsabilidade individual (+1)

2.3.2 Não faz menção (0)

2.3.3 Papel do governo federal (-1)

2.4 Pobreza

2.4.1 A ser combatida principalmente pelo crescimento econômico através da iniciativa privada e/ou pelo fortalecimento da família e instituições voluntárias (+1)

2.4.2 Não faz menção (0)

2.4.3 A ser combatida pelo esforço do governo federal, através de programas e recursos financeiros (-1)

2.5 Social Security

2.5.1 Relativa desvalorização – Seu fortalecimento através de maior competição com a iniciativa privada (total ou semiprivatização) ou por conta do crescimento econômico (+1)

2.5.2 Não faz menção (0)

2.5.3 Valorização – Seu fortalecimento através do papel do governo federal (-1)

2.6 Medicare

2.6.1 Relativa desvalorização – Seu fortalecimento através de maior abertura por meio de competição com a iniciativa privada (total ou semiprivatização) ou por conta do crescimento econômico (+1)

2.6.2 Não faz menção (0)

2.6.3 Valorização – Seu fortalecimento através do papel do governo federal (-1)

2.7 Medicaid

2.7.1 Relativa desvalorização – Seu fortalecimento através de maior abertura por meio de competição com a iniciativa privada (total ou semiprivatização) ou por conta do crescimento econômico (+1)

2.7.2 Não faz menção (0)

2.7.3 Valorização – Seu fortalecimento através do papel do governo federal (-1)

2.8 Educação pública (ensino fundamental e médio)

2.8.1 Repasse federal diretamente aos estados – Papel mínimo do governo federal e/ou valorização através de incentivos econômicos de outras modalidades de ensino (+1)

2.8.2 Não faz menção (0)

2.8.3 Amplo papel do governo federal, que não se restringe ao repasse federal às escolas, mas também envolve aumento de recursos através da distribuição de maiores aportes financeiros, construção de escolas etc. (-1)

2.9 Educação universitária

2.9.1 Manutenção e/ou diminuição de repasses e/ou incentivos federais – Ênfase no crescimento econômico e na iniciativa privada (+1)

2.9.2 Não faz menção (0)

2.9.3 Aumento de repasses e/ou incentivos federais (inclusive na criação de universidades públicas). Ênfase no papel direto do governo federal (-1)

2.10 Serviço Postal¹¹

2.10.1 Relativa desvalorização – Seu fortalecimento através de maior competição com a iniciativa privada e/ou privatização (+1)

2.10.2 Não faz menção (0)

2.10.3 Valorização – Fortalecimento através do papel desempenhado pelo governo federal (-1)

2.11 Labor¹² – Rede de proteção

2.11.1 A plataforma valoriza uma menor regulação federal (+1)

2.11.2 Não faz menção (0)

2.11.3 A plataforma valoriza a regulação federal (-1)

2.12 Meio ambiente

2.12.1 Ênfase no “equilíbrio” entre crescimento econômico e preservação (a economia não deve ser prejudicada) e/ou ênfase em uma relativa desregulamentação federal (+1)

2.12.2 Não faz menção (0)

2.12.3 Ênfase na preservação do meio ambiente através de regulamentação federal (-1)

2.13 Food Stamps

2.13.1 Desvalorização: Menores recursos federais e/ou transferência de responsabilidade para outros entes (+1)

¹¹ Optou-se por incluir esse serviço porque foi um dos primeiros programas financiados e administrados pelo governo federal na história dos Estados Unidos – é um tema relativamente recorrente nas plataformas.

¹² Refere-se ao trabalho operário – manual. Optou-se por manter esse conceito em inglês pela falta de um sinônimo em português.

2.13.2 Não faz menção (0)

2.13.3 Valorização e/ou fortalecimento através de expansão (-1)

2.14 Combate à Aids

2.14.1 Ênfase no comportamento (+1)

2.14.2 Não faz menção (0)

2.14.3 Ênfase na manutenção e/ou na expansão de programas federais (-1)

2.15 Combate às drogas

2.15.1 A plataforma enfatiza o papel da família e do comportamento pessoal priorizando o seu combate pela polícia (+1)

2.15.2 Não faz menção (0)

2.15.3 A plataforma enfatiza o papel do governo federal – Assistência federal ao usuário através de programas e/ou recursos priorizando uma visão social do problema (-1)

2.16 Sistema de saúde pública

2.16.1 A plataforma menciona ser contrária (+1)

2.16.2 Não faz menção

2.16.3 A plataforma menciona ser a favor (-1)

3 Questões sociais

3.1 Gênero

3.1.1 Abstenção do governo federal – Assunto a ser tratado pelos estados, menção favorável ao EPEW¹³ tão somente, ou ao crescimento econômico para maiores conquistas (+1)

3.1.2 Não faz menção (0)

3.1.3 Defesa de uma rede de proteção e de extensão de direitos pelo governo federal que não se restringe ao EPEW, mas que abarca legislações como o ERA (-1)

3.2 Aborto

3.2.1 A plataforma mostra-se *Pro-life* (contra *Roe vs. Wade*) (+1)

3.2.2 Não faz menção (0)

3.2.3 A plataforma mostra-se *Pro-choice* (a favor de *Roe vs. Wade*) (-1)

3.3 Homossexualismo

3.3.1 Relativa segregação de direitos civis – A plataforma defende a diminuição de direitos civis já conquistados ou advoga pela ingerência estadual e local sobre o assunto (+1)

3.3.2 Não faz menção (0)

¹³ Equal Pay for Equal Work.

3.3.3 Inclusão de direitos civis – A plataforma defende a não discriminação e/ou manifesta-se a favor da inclusão de direitos civis (-1)

3.4 Imigração

3.4.1 A plataforma enfatiza a diminuição de direitos a imigrantes legais e/ou deportação dos ilegais (+1)

3.4.2 Não faz menção (0)

3.4.3 A plataforma enfatiza a extensão de direitos a imigrantes legais ou ilegais que já vivem nos EUA (-1)

3.5 Família

3.5.1 Ênfase nos valores tradicionais e na moralidade – Fortalecimento através do governo federal ou de instituições *faith based* (+1)

3.5.2 Não faz menção (0)

3.5.3 Ênfase nas condições práticas de manutenção – Fortalecimento através de programas federais para a manutenção da família; e/ou valorização de uma definição de família que inclua casais homossexuais (-1)

3.6 Educação – Currículo

3.6.1 Ênfase na educação cívica, na ordem e/ou na história dos Estados Unidos – Nacionalismo (+1)

3.6.2 Não faz menção (0)

3.6.3 Ênfase em temas como homossexualismo e orientação sexual e/ou na discussão sobre minorias – Multiculturalismo (-1)

3.7 Gravidez na adolescência – Orientação sexual na escola

3.7.1 A plataforma mostra-se contrária à orientação sexual e/ou defende a abstinência até o casamento (+1)

3.7.2 Não faz menção (0)

3.7.3 A plataforma mostra-se a favor de orientação sexual (-1)

3.8 Entretenimento (pornografia e conteúdo de TV para crianças, por exemplo)

3.8.1 Regulação do governo federal (+1)

3.8.2 Não faz menção (0)

3.8.3 Abstenção do governo federal (-1)

3.9 Religião

3.9.1 Expressa como uma extensão do governo federal – Seu fortalecimento através da defesa e valorização dos seus símbolos e rituais nas dependências e extensões do governo federal (+1)

3.9.2 Não faz menção (0)

3.9.3 Expressa em separado do governo federal – Respeito ao multiculturalismo (-1)

3.10 Religião e instituições voluntárias de fé (*faith based institutions*)

3.10.1 Defesa da atuação dessas instituições como um “braço” do governo federal, podendo vir a substituir-lhe funções humanitárias e sociais (+1)

3.10.2 Não faz menção (0)

3.10.3 Entendimento de que estas trabalham em conjunto com o governo federal e/ou são orientadas por ele, mas não substituem o seu papel (-1)

3.11 Questão racial – *Civil rights*

3.11.1 Mais direitos através de legislação estadual e/ou do crescimento econômico – Sem envolvimento do governo federal (+1)

3.11.2 Não faz menção (0)

3.11.3 Legislação deve ser feita pelo governo federal (-1)

3.12 Minorias – Índios, negros e imigrantes, por exemplo

3.12.1 Desqualifica ações afirmativas ou mostra-se descrente quanto a elas (+1)

3.12.1 Não faz menção (0)

3.12.3 Valoriza ações afirmativas (-1)

3.13 Armas de fogo

3.13.1 Desregulamentação federal – É direito individual (+1)

3.13.2 Não faz menção (0)

3.13.3 Regulamentação federal – É dever do governo federal

3.14 *Child Care* (relativo ao debate de gênero)

3.14.1 Enfatiza o papel de estado, município, instituições religiosas, privadas ou voluntárias (+1)

3.14.2 Não faz menção (0)

3.14.3 Enfatiza o papel do governo federal na construção e/ou na distribuição de recursos (-1)

4 Política externa

4.1 Atuação externa

4.1.1 Enfatiza a soberania e/ou os interesses norte-americanos – Relativo unilateralismo. A prioridade está na liderança norte-americana (+1)

4.1.2 Não faz menção (0)

4.1.3 Enfatiza parcerias e/ou tratados multilaterais – Multilateralismo. A prioridade está na cooperação (-1)

4.2 Defesa e segurança

4.2.1 Projeto unilateral – Segurança interna está baseada em armamentos (+1)

4.2.2 Não faz menção (0)

4.2.3 Projeto coletivo – Segurança interna está baseada em alianças externas e/ou em fatores estruturais internos (pobreza e educação) (-1)

4.3 Paz mundial

4.3.1 Projeto unilateral através de liderança norte-americana (+1)

4.3.2 Não faz menção (0)

4.3.3 Projeto coletivo através de cooperação internacional (-1)

4.4 Relacionamento com o inimigo

4.4.1 Enfatiza armamentos e efetivos – Foco na dissuasão através da punição (+1)

4.4.2 Não faz menção (0)

4.4.3 Enfatiza a diplomacia – Foco na dissuasão através do diálogo (-1)

4.5 Armamentos nucleares

4.5.1 Enfatiza manutenção ou aumento destes de modo unilateral (+1)

4.5.2 Não faz menção (0)

4.5.3 Enfatiza diminuição destes de modo multilateral (-1)

4.6 OIs e tratados multilaterais

4.6.1 Mostra-se reticente – Ênfase recai no custo-benefício e/ou na soberania norte-americana (+1)

4.6.2 Não faz menção (0)

4.6.3 Valoriza – Fortalecimento através de recursos financeiros e/ou efetivo pessoal (-1)

4.7 ONU

4.7.1 Mostra-se reticente – Enfatiza os problemas da instituição e/ou a primazia da soberania norte-americana. Pode, assim, evocar a diminuição de recursos e/ou a não participação em certos programas ou unidades (+1)

4.7.2 Não faz menção (0)

4.7.3 A plataforma a valoriza – Enfatiza os benefícios da instituição. Pode, assim, evocar a manutenção e/ou o aumento de recursos e participação norte-americana (-1)

4.8 Otan

4.8.1 Fortalecimento através de liderança norte-americana – Ênfase no custo-benefício para a defesa norte-americana (+1)

4.8.2 Não faz menção (0)

4.8.3 Fortalecimento através do multilateralismo – Ênfase na defesa multilateral que a organização propicia (-1)

4.9 CIJ

- 4.9.1 Reticente quanto à participação dos EUA (+1)
- 4.9.2 Não faz menção (0)
- 4.9.3 Valoriza a participação dos EUA (-1)

- 4.10 Ajuda humanitária
- 4.10.1 Reticente – Enfatiza a iniciativa privada e instituições voluntárias (+1)
- 4.10.2 Não faz menção (0)
- 4.10.3 Valoriza – É papel do governo, através de ajuda financeira e/ou efetivo pessoal (-1)

- 4.11 Relacionamento com a URSS/Rússia
- 4.11.1 Enfatiza *deterrence* – Prioridade está na questão armamentícia (+1)
- 4.11.2 Não faz menção (0)
- 4.11.3 Enfatiza *appeasement* – Prioridade está no diálogo (-1)

Abstract

Political and Party Polarization in United States (1936-2016)

This research is aimed at understanding the supposed US party polarization. Through a methodology that privileges the use of national platforms as an indicative of ideological portrait and gradation indicators, this study aims to empirically show in a historical perspective the approximations and distances between the two most important political parties in USA and, consequently, the rise or decline of ideologies as conservatism and liberalism. The time framed goes from 1936 (first election post New Deal) to 2016. The results indicate that there is a party polarization in recent period, not singular in the history of the country, but unique in the sense that both parties head to extremes of the political spectrum characterized, mainly, by a conservative ascendancy by the Republican Party with regards to social issues. Far from a centrist discourse or not committed supposedly intending to collect a higher number of electors, the US parties define themselves by opposed positionings. One still needs to know if this is a process that benefits democracy when representing society with all its idiosyncrasies or it is one process that harms democracy by contemplating extremes not always characteristics of the society as a whole.

Keywords: polarization; United States; platforms; Republican Party; Democratic Party

Resumen

Polarización Política y Partidario en los Estados Unidos (1936-2016)

Esta investigación se dedica a una comprensión de la polarización partidaria estadounidense. A través de una metodología que enfoca el uso de las plataformas nacionales como indicativo de retrato ideológico partidario y de indicadores de gradación, este estudio busca evidencia empírica y perspectiva histórica, cercanías y distancias ideológicas entre los dos principales partidos políticos en Estados Unidos y, por consiguiente, el ascenso o deterioro de ideologías como conservadurismo y liberalismo. El recorte temporal se hace desde 1936 (primera elección post New Deal) hasta 2016. Los resultados nos dicen que hay una polarización partidaria recientemente, que no es singular en la historia del país, pero única cuando los dos partidos caminan para extremos del espectro político caracterizado, principalmente, por un ascenso conservador por parte del Partido Republicano con relación a los dilemas sociales. Lejos de ser un discurso centrista o no comprometido supuestamente con la intención de recoger un gran número de electores, los partidos estadounidenses se definen por posiciones contrarias. Cabe analizar si ese es un proceso que beneficia a la democracia por representar la sociedad con todas sus idiosincrasias o que perjudica la democracia por contemplar extremos que ni siempre caracterizan a toda la sociedad.

Palabras clave: polarización; Estados Unidos; plataformas; Partido Republicano; Partido Demócrata

Résumé

Polarisation Politique et Partisane aux Etats-Unis (1936-2016)

Cette recherche s'est dédiée à la compréhension à propos de la supposée polarisation partisane aux États-Unis. À partir d'une méthodologie qui prend l'analyse des plateformes nationales comme indicatives du portrait de l'idéologie partisane et de ses gradations, cette étude cherche à montrer empiriquement et en perspective historique les approximations et les distances idéologiques entre les deux principaux partis politiques aux États-Unis, et en conséquence, la montée ou le déclin des idéologies comme le conservatisme et le libéralisme. La sélection temporelle est définie entre 1936 (première élection à président après le New Deal) et 2016. Les résultats montrent-ils une polarisation partisane dans la période récente, pas singulière dans l'histoire du pays, mais sans pareil donc les deux partis se sont tournés vers les extrêmes du spectre politique caractérisé, surtout, à cause de la montée conservatrice du Parti républicain, notamment en ce qui concerne aux questions sociales. Loin de se définir par un discours de centre ou prétendument peu engagé avec l'intention de toucher la plupart des électeurs, les partis aux États-Unis se sont définis par des prises de position opposées. Reste à savoir si ce processus est bénéfique à la démocratie en représentant la société avec toutes ses idiosyncrasies, ou s'il nuit la démocratie à l'englober les extrêmes pas tout à fait caractéristiques de la société dans son ensemble.

Mots-clés: polarisation; Etats-Unis; plateformes; Parti Républicain; Parti Démocrate

Artigo submetido à publicação em 6 de dezembro de 2019.

Versão final aprovada em 5 de fevereiro de 2021.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.

